

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO  
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS E  
EDUCAÇÃO DE PRIVADOS DE LIBERDADE**

**CÁSSIA GISELE ANJOS DE OLIVEIRA**

**ONDE AS PORTAS SE ABREM...  
Um Estudo de Caso da Política Pública de Assistência Social para  
População de Rua**

**Porto Alegre  
2012**

**CÁSSIA GISELE ANJOS DE OLIVEIRA**

**ONDE AS PORTAS SE ABREM...**

**Um Estudo de Caso da Política Pública de Assistência Social para  
População de Rua**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial para a obtenção do grau de Especialista em Educação de Jovens e Adultos e Educação de Privados de Liberdade pela Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – FACED/UFRGS.

**Orientadora:  
Profa. Dra. Míriam Pereira Lemos**

**Porto Alegre  
2012**

**Dedico este trabalho a todas as pessoas que, de forma direta ou indireta, contribuem e acreditam no meu trabalho.**

**Também a toda a minha família, que é suporte e corresponsável por minhas conquistas.**

## RESUMO

Este trabalho é um estudo de caso sobre a política de assistência social às pessoas em situação de rua no município de Cachoeirinha, RS, em que busco refletir sobre os princípios básicos da Educação Social e a possibilidade de discutir a oferta deste serviço e a sua intenção educativa no atendimento ao público que se destina. Inicio descrevendo as políticas públicas na área da assistência social e sistematizando dados do município de Cachoeirinha, relacionando-os com os dados nacionais. Analiso a relação entre assistência e educação; o contexto social e cultural da população em situação de rua, que é composta por pessoas com diferentes realidades, mas que têm em comum a condição de pobreza absoluta e o sentimento, expresso por estes sujeitos, de não pertencimento à sociedade. Busco identificar a relação entre a oferta deste serviço socioassistencial com a Educação, refletindo sobre a vivência dos usuários do serviço e suas reflexões sobre a importância desta oferta em suas trajetórias de vida.

**Palavras-chave:** Pessoas em situação de rua. Educação Social. Políticas públicas.

## SUMÁRIO

<b>1 ABRINDO A PORTA</b> .....	5
<b>2 METODOLOGIA</b> .....	8
<b>3 O CONTEXTO</b> .....	11
3.1 A ORGANIZAÇÃO DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL .....	11
3.1.1 Sistema Único de Assistência Social (SUAS) .....	11
3.1.2 Proteção Social Básica .....	13
3.1.3 Proteção Social Especial .....	13
3.1.4 O Centro de Referência Especializado de Assistência Social .....	15
3.1.5 Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua .....	15
3.1.6 Serviço Especializado em Abordagem Social .....	16
3.2 POPULAÇÃO ADULTA DE RUA E O CONTEXTO NAS GRANDES CIDADES BRASILEIRAS .....	17
3.2.1 Pesquisa Nacional sobre População Adulta de Rua .....	17
3.2.2 Cadastro da População Adulta em Situação de Rua na Cidade de Porto Alegre/RS, 2007 e 2011 .....	21
3.3 A OFERTA DE SERVIÇO SOCIOASSISTENCIAL PARA A POPULAÇÃO ADULTA EM SITUAÇÃO DE RUA NO MUNICÍPIO DE CACHOEIRINHA .....	25
3.3.1 Levantamento de Dados dos Cadastros do CREPop-Rua de Cachoeirinha .....	28
<b>4 EDUCAÇÃO SOCIAL</b> .....	33
4.1 BUSCANDO O PROCESSO EDUCATIVO NO TRABALHO SOCIAL .....	33
4.2 QUAL O PAPEL DO EDUCADOR NESTE PROCESSO .....	36
4.3 COMPREENDER O MUNDO, COMPREENDER O OUTRO .....	38
4.4 OS QUE ESTÃO DE FORA: pensando a exclusão social, culpabilização e opressão .....	40
4.5 O ACOLHIMENTO E A ESCUTA SENSÍVEL COMO PRINCÍPIOS DO PROCESSO EDUCATIVO .....	44
4.6 A REDUÇÃO DE DANOS COMO PARADIGMA EDUCATIVO .....	46
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	51
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	54
<b>ANEXO A — ROTEIRO DE ENTREVISTA</b> .....	56
<b>ANEXO B — ENTREVISTAS</b> .....	57

## 1 ABRINDO A PORTA...

*Aos esfarrapados do mundo e aos que neles se descobrem e, assim descobrindo-se, com eles sofrem, mas, sobretudo, com eles lutam (FREIRE, 1987).*

Este trabalho refere-se a um estudo de caso sobre a política de assistência social às pessoas em situação de rua no município de Cachoeirinha, que me possibilitou direcionar para a identificação dos princípios de Educação Social de Rua deste setor.

Início este trabalho buscando contextualizar sobre a realidade desta situação que, conforme descrito na Política Nacional para a População em Situação de Rua (2009):

O povo da rua, trata-se de um grupo populacional heterogêneo que possui em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares fragilizados ou rompidos e a inexistência de moradia convencional regular. Caracteriza-se, ainda, pela utilização dos espaços públicos (praças, jardins, canteiros, marquises, viadutos) e áreas degradadas (prédios abandonados, ruínas, carcaças de veículos) como espaço de moradia e sustento, de forma temporária ou permanente, bem como necessitam dos serviços de acolhimento e assistência para pernoite temporário ou moradia provisória.

Nesse contexto, insere-se a população em situação de rua, composto por pessoas com diferentes realidades, mas que têm em comum a condição de pobreza absoluta e o sentimento, expresso pelos sujeitos desta pesquisa, de não pertencimento à sociedade.

Vários são os fatores que levam pessoas a esta situação: estruturais (moradia, ausência de trabalho e renda, impacto social) e fatores biográficos (alcoolismo, drogadição, rompimento de vínculos familiares, doenças mentais, pobreza). São múltiplos os fatores e as realidades vividas por estas pessoas, assim, não podemos explicar esta questão com uma avaliação simplificada e centrada apenas na observação individualizada das situações pessoais.

As principais pesquisas realizadas no país apontam que a população adulta em situação de rua, no contexto das grandes cidades, traz o retrato da exclusão como consequência das práticas econômicas e políticas. Ao trabalhar com pessoas nestas situações, percebo que a postura da sociedade diante deste problema é de culpar estas pessoas, dando a estes estigmas do pré-julgamento de: vagabundos,

desocupados, marginais, preguiçosos, entre outras formas de nomear a condição destas pessoas. Este discurso demonstra a avaliação simplificada do senso comum, que não identifica os verdadeiros motivos pelos quais estas pessoas encontram-se nas ruas.

É através dos serviços socioassistenciais como política social o lugar de onde falo, busco desenvolver esta pesquisa a fim de refletir sobre a importância do trabalho de Educação Social de Rua ofertado pelo Centro de Referência da População Adulta de Rua, na trajetória de vida das pessoas que utilizam este serviço. Utilizando das minhas experiências e possibilidades no desenvolvimento da função de Educadora Social, há cerca de três anos trabalhando na Prefeitura Municipal de Cachoeirinha, buscarei com este estudo a possibilidade de discutir a oferta deste serviço e a sua intenção educativa no atendimento ao público que se destina.

O trabalho do Centro de Referência da População Adulta de Rua de Cachoeirinha, existente desde maio de 2010, é um setor da Prefeitura Municipal de Cachoeirinha. Complementa as Políticas da Assistência Social no Município, buscando a garantia de direitos e inclusão da população adulta de rua, itinerantes e munícipes, bem como a possibilidade de promover encaminhamentos para fortalecer os vínculos através de intervenções e articulações com a rede. Este serviço busca, também, inseri-los nas políticas da rede de atendimento, através de um olhar focado no indivíduo, visto sua fragilidade e exclusão social. Para atender a essas necessidades, realizar trabalho dirigido para criar “vínculo” como possibilidade de (re)inserção social, intervenções e fortalecimento aos usuários atendido.

É neste contexto e visando estas possibilidades que o Serviço do Centro de Referência da População Adulta de Rua tem como objetivo oferecer serviço de acolhimento à população adulta em situação de rua, complementando o serviço de assistência já existente no município.

Neste trabalho, realizo estudo sobre o que ampara as Políticas Públicas para a População de Rua no viés das políticas de inclusão social, buscando propor um olhar, de que as situações de rua são consequências da exclusão social. Não escolha ou opção de vida, que muitas vezes é o julgamento feito pela sociedade, esquecendo-se de que a exclusão social relaciona-se com situações extremas de

rupturas, sejam elas das relações familiares, afetivas e com a sociedade, sendo estas pessoas vítimas de processos sociais, políticos e econômicos.

Muitas são as dificuldades vividas no desenvolvimento e planejamento dos trabalhos que são ofertados para este público. É preciso pensar em atividades que sejam atrativas, que promovam a participação e que atendam às necessidades destes. A primeira observação sempre é muito simplista para qualquer pessoa que tente avaliar o trabalho que é ofertado, sugerindo apenas que a função seja a de ocupá-los em tarefas para que a ociosidade não esteja presente. Mas é na prática que percebemos que este planejamento é complexo. As propostas a serem ofertadas precisam não somente atender as necessidades “básicas”: banho, alimentação, etc. Mas, devem proteger e minimizar os danos vividos por vidas inteiras de violações e rupturas nas estruturas destas pessoas. Busco, com este estudo, identificar o quanto é importante o trabalho educativo e afetivo para auxiliar nas possibilidades e na vida dos indivíduos.

**O presente trabalho tem como objetivo refletir sobre o trabalho de Educação Social com população de rua, no município de Cachoeirinha, e sua importância na trajetória de vida desta população.**

## 2 METODOLOGIA

O estudo de caso vem como método que dá direção a esta pesquisa. Trata-se de um estudo de caso, devido a minha intenção em aprofundar especificamente, a realidade do serviço de atendimento à população de rua no município de Cachoeirinha, visando apontar suas possibilidades educativas, para contribuir na organização da gestão do setor em questão.

Silva (2005), em sua dissertação de mestrado, descreve o estudo de caso citando Stake (2003, p. 134):

[...] o estudo de caso não é uma escolha metodológica, mas uma escolha sobre o que pode ser estudado', podendo ser mobilizados outros métodos, mas não são estes que definem o interesse pelos casos, pelo contexto, pelos fenômenos que ocorrem numa situação particular. Podendo ser um caso simples ou complexo: é um caso específico, um sistema com fronteiras, e que faz com que o pesquisador tome decisões estratégicas para perceber a complexidade do caso a ser estudado, porém, nem tudo, num caso poder ser estudado e compreendido (Idem), o que implica escolhas por parte do pesquisador.

A minha opção pelo estudo de caso parte da vontade de explicar a situação particular da atuação de um serviço socioassistencial, partindo dos contextos deste setor e das histórias de vida das pessoas em situação de rua.

Buscando situar sobre a legislação vigente, pesquisei atentamente as principais leis que normatizam o trabalho do referido setor, aprofundando sobre a atual organização da Política de Assistência Social no Brasil e sua forma de organizar a oferta dos serviços nos Municípios. Para isto, realizei pesquisa bibliográfica sobre a legislação federal da Assistência Social e outros trabalhos sobre esta realidade no país. Após esta etapa, foquei o estudo na oferta da Assistência Social para a população de rua, para orientar quanto às questões relacionadas a legislações e amparo legal do setor pesquisado.

Ainda buscando contextualizar, aponto dados dos principais censos e pesquisas realizadas com a população adulta de rua, no Brasil e em Porto Alegre. E, para explicar sobre a realidade da população de rua existente no município de Cachoeirinha, construí dados que não haviam sido sistematizados ainda, analisando as fichas de cadastro do setor, trazendo informações importantes sobre o perfil da população atendida.

Utilizei-me das histórias de vida de quatro sujeitos com a intenção de, através destas entrevistas, contextualizar as trajetórias vividas com a realidade atual deles e as percepções dos serviços socioassistenciais que utilizam.

O objetivo do método da história de vida é alcançar a realidade que ultrapassa o narrador, em que, por meio da história de vida, contada da maneira que é própria do sujeito, permite compreender a realidade do qual ele faz parte. E que mostra o mundo subjetivo em relação permanente com os fatos sociais (BARROS, 2007).

A História de Vida é um método que tem como principal característica, justamente, a preocupação com o vínculo entre pesquisador e sujeito. Haguette (1992) sugere que o método de história de vida, dentro da metodologia de abordagem biográfica, relaciona duas perspectivas metodológicas intimamente, podendo ser aproveitado como documento ou como técnica de captação de dados (BARROS, 2007, p. 31).

Devido aos limites de tempo deste trabalho, optei por utilizar-me de histórias de vida não enquanto um método, mas enquanto técnica de construção e complementaridade das categorias de análise construídas durante as reflexões dos contextos vividos e das trajetórias dos sujeitos no programa de atendimento. A partir desta opção, estes autores explicitam a minha intenção pela escuta dos principais sujeitos envolvidos:

Nesse sentido, uma característica importante da metodologia qualitativa é a relação entre sujeito pesquisador e sujeito pesquisado, que embora perpassada por relações de poder, constitui momento de construção, diálogo de um universo de experiências humanas. É nessa possibilidade de diálogo que reside a principal diferença com as ciências ditas naturais e o seu objeto (BARROS, 2007, p. 27).

As entrevistas (Anexo B) foram o aporte para o questionamento central desta pesquisa: **identificar a intenção educativa do trabalho executado no setor e se a intenção educativa permite reflexão por parte das pessoas atendidas.**

Convidei quatro usuários do serviço para responder a um questionário individualmente:

Quadro 1 — Dados de quatro usuários

<b>Nome (fictício)</b>	<b>Sexo</b>	<b>Idade</b>	<b>origem</b>	<b>escolaridade</b>	<b>Profissão</b>	<b>Tempo de permanência em situação de rua</b>
Luana	F	36	Cachoeirinha	Fund. Incom.	Doméstica	4 anos
Gilson	M	34	Gravataí	Fund. Incom.	Construção Civil	5 anos
Emerson	M	31	Viamão	Fund. Comp.	Construção Civil	4 anos
Antônio	M	56	Porto Alegre	Médio Comp.	Motorista	7 anos

Fonte: Dados da pesquisa.

A escolha destes sujeitos se deu pela sua representatividade quanto aos seguintes perfis no momento da pesquisa: dois usuários do serviço que se mantinham em situação de rua e dois usuários que se encontravam buscando (re)organizar-se através de tratamento para a dependência química. Foram escolhidos conforme critérios estabelecidos de antemão, devido à inserção desta pesquisadora em campo, buscando identificar nestes diferentes perfis significados individuais da importância do trabalho. E, através dos vínculos pré-estabelecidos, pela relação adquirida nas atividades, instigou-se para que estes indivíduos permitissem mostrar-se em suas histórias de vida.

As perguntas eram de livre resposta e foram gravadas com autorização dos entrevistados, sem identificação dos mesmos. Buscando orientar a premissa de que o processo educativo e afetivo pode ser norteador para possíveis (re)significações na vida destas pessoas. Através da escuta dos sujeitos entrevistados, identifiquei categorias para análise que evidenciei em seus discursos.

Por fim, foi inevitável avaliar as metodologias de trabalho deste serviço, o que permitiu a reflexão e análise de possíveis mudanças e criação de novas possibilidades. Assim, aponto, nas considerações finais, retornos que serão apresentados como sugestões a serem adotados pelos gestores, visando qualificar o serviço já ofertado.

### **3 O CONTEXTO**

Para iniciar este capítulo, farei a contextualização referente à organização das políticas de assistência social e a oferta destas às pessoas em situação de rua.

#### **3.1 A ORGANIZAÇÃO DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**

A Assistência Social é uma política pública não contributiva de dever do Estado, sendo direito de todo o cidadão que dela necessitar. Tem como estrutura para sua organização a Constituição Federal de 1988, que dá as diretrizes para a gestão das políticas públicas, e a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), de 1993, que determina os objetivos, princípios e diretrizes das ações para Assistência Social.

A LOAS busca organizar a Assistência Social em um sistema descentralizado e participativo, entre poder público e sociedade civil. Em 2003, a IV Conferência Nacional de Assistência Social deliberou a implantação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Para com este sistema, o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) implantar o SUAS, para articular formas e recursos para a execução dos programas e benefícios socioassistenciais. Assim, o SUAS objetiva organizar a oferta da assistência social, promovendo bem-estar e proteção

A gestão da Assistência Social brasileira deve ser acompanhada e avaliada pelo poder público e pela sociedade civil, representados nos conselhos nacional do Distrito Federal, estaduais e municipais de Assistência Social. Promovendo o controle social transparente em relação às estratégias e à execução da política, através da gestão descentralizada e participativa, buscando o enfrentamento da pobreza e da desigualdade, com a participação da sociedade civil organizada.

##### **3.1.1 Sistema Único de Assistência Social (SUAS)**

O Sistema Único de Assistência Social visa organizar os serviços socioassistenciais no Brasil, articulando recursos para a execução e financiamento da política, envolvendo as estruturas nacionais, estaduais, municipais e do Distrito

Federal. Comprometendo-os com a implantação de sistemas locais e regionais de assistência social e com sua adequação à gestão e cofinanciamento.

O SUAS classifica as ações da Assistência Social em tipos de proteção social. Sendo a primeira a Proteção Social Básica, que é destinada à promoção de ações para a prevenção de riscos sociais e pessoais, através de programas, projetos, serviços e benefícios a indivíduos e famílias em situação de vulnerabilidade social. E a segunda é a Proteção Social Especial, que promove ações a famílias e indivíduos que já se encontram em situação de risco e que tiveram seus direitos violados.

O SUAS foi criado a partir de deliberações da IV Conferência Nacional de Assistência Social e previsto na Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), tendo suas bases de implantação consolidadas em 2005, por meio da sua Norma Operacional Básica do SUAS (NOB/SUAS), a qual orienta as competências de cada órgão federado e os eixos de implementação.

A Resolução nº 109, de 11 de novembro de 2009, aprovou a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais para organizar os serviços por níveis de complexidade do SUAS: Proteção Social Básica e Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade, de acordo com a disposição abaixo:

I - Serviços de Proteção Social Básica:

- a) Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF);
- b) Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos;
- c) Serviço de Proteção Social Básica no domicílio para pessoas com deficiência e idosas.

II - Serviços de Proteção Social Especial de Média Complexidade:

- a) Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI);
- b) Serviço Especializado em Abordagem Social;
- c) Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida (LA), e de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC);
- d) Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosas e suas Famílias;
- e) Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua.

Para contextualizar detalhadamente a organização da oferta de serviços da Assistência Social nos municípios, abaixo desenvolvo melhor sobre a oferta dos serviços conforme proteção social previsto no SUAS e os equipamentos que devem ofertar as ações previstas.

### **3.1.2 Proteção Social Básica**

A Proteção Social Básica tem como objetivo a prevenção de situações de risco por meio do desenvolvimento de potencialidades e fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. Destina-se à população que vive em situação de fragilidade decorrente da pobreza, ausência de renda, acesso precário aos serviços públicos ou com fragilização dos vínculos afetivos (discriminações etárias, étnicas, de gênero ou por deficiências, dentre outras).

A Proteção Social Básica (PSB) deve atender através de serviços, programas e projetos locais de acolhimento, convivência e socialização de famílias e de indivíduos, conforme identificação da situação de vulnerabilidade apresentada. Esta proteção deve ser ofertada através da implantação dos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) e a rede de serviços socioeducativos direcionados para grupos específicos, dentre eles, os centros de convivência para crianças, jovens e idosos.

### **3.1.3 Proteção Social Especial**

A Proteção Social Especial (PSE) destina-se a famílias e indivíduos em situação de risco pessoal ou social, com direitos violados ou ameaçados, por ocorrência de violência física ou psicológica, abuso ou exploração sexual, abandono, rompimento ou fragilização de vínculos, ou afastamento do convívio familiar devido à aplicação de medidas. As ações desta proteção são de caráter protetivo através do acompanhamento familiar e individual, visando atenção ao indivíduo. Comportam encaminhamentos efetivos e monitorados, apoios e processos que assegurem qualidade na atenção. As atividades da Proteção Especial são diferenciadas de acordo com níveis de complexidade: média e alta, conforme a situação vivenciada pelo indivíduo ou família.

Para a Média Complexidade, a Proteção Social Especial oferta atendimento especializado a famílias e indivíduos que vivenciam situações de vulnerabilidade, com direitos violados, geralmente inseridos no núcleo familiar. É priorizada a convivência familiar, buscando fortalecer os vínculos existentes, mesmo fragilizados ou até ameaçados. Os serviços de média complexidade são divididos conforme o

público atendido. É destinado aos adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa desenvolvendo atividades que possibilitem uma nova perspectiva de vida futura. Pessoas com deficiência, idosas e suas famílias recebem acompanhamento específico, sendo que, nessa situação, os indivíduos são acompanhados para prevenir o preconceito e a exclusão.

Para pessoas em situação de rua, as atividades desenvolvem as relações sociais para a construção de novos projetos de vida através dos Centro de Referência Especializado de Assistência Social para População de Rua (CREAS POP), que são centros de atendimento voltados a esta população. Também é uma oferta do Serviço de Média Complexidade o serviço de abordagem social com o objetivo de fornecer amparo e acompanhamento assistencial a pessoas que utilizam as ruas como forma de moradia e/ou sobrevivência ou que são vítimas de exploração sexual ou trabalho infantil.

Alguns serviços devem ser ofertados obrigatoriamente no CREAS, outros podem ser apenas a ele referenciados. No caso do presente estudo, o município de Cachoeirinha possui o Centro que atende a população de rua e que é referenciado ao CREAS, sendo ofertado em local diferente por falta de espaço físico no referido local, assim como a oferta de atendimento a pessoas com deficiência e idosos.

Na Alta Complexidade, são considerados serviços de Proteção Social Especial aqueles que oferecem atendimento às famílias e indivíduos que se encontram em situação de abandono, ameaça ou violação de direitos, necessitando de acolhimento provisório, fora de seu núcleo familiar de origem, visando garantir proteção integral a indivíduos ou famílias em situação de risco pessoal e social, com vínculos familiares rompidos ou extremamente fragilizados. Os serviços também devem assegurar o fortalecimento dos vínculos familiares e/ou comunitários e o desenvolvimento da autonomia dos usuários.

Quatro serviços compõem a PSE de Alta Complexidade: Serviço de Acolhimento Institucional (que poderá ser desenvolvido nas modalidades de abrigo institucional, casa-lar, casa de passagem ou residência inclusiva); Serviço de Acolhimento em República; Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora; e Serviço de Proteção em Situações de Calamidade Pública e de Emergência.

### 3.1.4 O Centro de Referência Especializado de Assistência Social

O Centro de Referência Especializado de Assistência Social configura-se como uma unidade pública e estatal, que oferta serviços especializados e continuados a famílias e indivíduos em situação de ameaça ou violação de direitos (violência física, psicológica, sexual, tráfico de pessoas, cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto, etc.).

Para o exercício de suas atividades, os serviços ofertados nos CREAS devem ser desenvolvidos de modo articulado com a rede de serviços da Assistência Social, órgãos de defesa de direitos e das demais políticas públicas.

### 3.1.5 Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua

O Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua deve ser ofertado em Centros de Referência Especializado para População em Situação de Rua, voltado a dar atenção especial a pessoas que utilizam as ruas como espaço de moradia e/ou sobrevivência, com o intuito de fortalecer vínculos interpessoais ou familiares que oportunizem a construção de novos projetos de vida.

Este serviço busca organizar ações de reinserção familiar ou comunitária e construção de novos projetos de vida destas pessoas, pautada na postura de respeito às escolhas individuais de cada sujeito.

De acordo com a Resolução nº 109, de 11 de novembro de 2009, Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, aos gestores que desejam realizar a implantação do Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua, é necessário que sejam cumpridas uma série de provisões que determinam os espaços e materiais necessários para a implantação destes. Sendo algumas delas:

**Ambiente físico:** espaço para a realização de atividades coletivas e/ou comunitárias, higiene pessoal, alimentação e espaço para guarda de pertences, conforme a realidade local, com acessibilidade em todos seus ambientes, de acordo com as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

**Trabalho social essencial ao serviço:** acolhida; escuta; estudo social; diagnóstico socioeconômico; informação, comunicação e defesa de direitos; referência e contrarreferência; orientação e suporte para acesso à documentação pessoal; orientação e encaminhamentos para a rede de serviços locais; articulação da rede de serviços socioassistenciais; articulação com outros serviços de políticas públicas setoriais; articulação

interinstitucional com os demais órgãos do Sistema de Garantia de Direitos; mobilização de família extensa ou ampliada; mobilização e fortalecimento do convívio e de redes sociais de apoio; mobilização para o exercício da cidadania; articulação com órgãos de capacitação e preparação para o trabalho; estímulo ao convívio familiar, grupal e social; elaboração de relatórios e/ou prontuários.

**Unidade:** Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua.

**Articulação em rede:** serviços socioassistenciais de Proteção Social Básica e Proteção Social Especial; serviços das políticas públicas setoriais; redes sociais locais; demais órgãos do Sistema de Garantia de Direitos; sistema de Segurança Pública; instituições de ensino e pesquisa; serviços, programas e projetos de instituições não governamentais e comunitárias.

### 3.1.6 Serviço Especializado em Abordagem Social

O Serviço Especializado em Abordagem Social é um serviço ofertado de forma continuada e programada, para ofertar trabalho social de abordagem e busca ativa para identificar, nos territórios, as ocorrências de trabalho infantil, exploração sexual de crianças e adolescentes, situação de rua, dentre outras. Este serviço é destinado ao atendimento dos indivíduos que utilizam espaços públicos como forma de moradia e/ou sobrevivência. Este serviço tem desenvolvimento de suas ações em praças, entroncamento de estradas, fronteiras, espaços públicos onde se realizam atividades laborais, locais de intensa circulação de pessoas e existência de comércio, terminais de ônibus, trens, metrô e outros.

A abordagem deve buscar a resolução das necessidades imediatas e promover o acesso do indivíduo ou família à rede de serviços socioassistenciais e das demais políticas públicas, na perspectiva da garantia dos direitos. Pode ser ofertado tanto no CREAS como em unidade específica a ele referenciada.

De acordo com a Resolução nº 109, de 11 de novembro de 2009, Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, o Serviço Especializado em Abordagem Social deve cumprir o que determinam os espaços e materiais necessários para sua implantação destes. Sendo alguns destes:

**Ambiente físico:** espaço institucional destinado a atividades administrativas, de planejamento e reuniões de equipe.

**Trabalho social essencial ao serviço:** proteção social proativa; conhecimento do território; informação, comunicação e defesa de direitos; escuta, orientação e encaminhamento sobre/para a rede de serviços locais com resolutividade; articulação da rede de serviços socioassistenciais; articulação com os serviços de políticas públicas setoriais; articulação interinstitucional com os demais órgãos do Sistema de Garantia de Direitos;

geoprocessamento e georeferenciamento de informações; elaboração de relatórios.

**Unidade:** Centro de Referência Especializado de Assistência Social (Creas) ou unidade específica a ele referenciada.

**Articulação em rede:** serviços socioassistenciais de Proteção Social Básica e Proteção Social Especial; serviços das políticas públicas setoriais; sociedade civil organizada; demais órgãos do Sistema de Garantia de Direitos; instituições de ensino e pesquisa; serviços, programas e projetos de instituições não governamentais e comunitárias.

## 3.2 POPULAÇÃO ADULTA DE RUA E O CONTEXTO NAS GRANDES CIDADES BRASILEIRAS

Para contextualizar este estudo, realizei análise referente às pesquisas já realizadas sobre população adulta de rua no Brasil, em Porto Alegre e através do levantamento de dados aos cadastros dos atendimentos realizados no CREPop-Rua de Cachoeirinha.

Os dados abaixo trazem argumentos importantes referentes à realidade das pessoas em situação de rua no Brasil e na região metropolitana de Porto Alegre. Primeiramente, avalio os dados da pesquisa realizada com o objetivo de recensear esta população nas grandes cidades do Brasil, em 2008. Em seguida, apontei dados sobre o estudo da população adulta de rua em Porto Alegre, trazendo dados da pesquisa realizada pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e Fundação de Assistência Social e Cidadania (FASC), em 2007 e 2011. O estudo às pesquisas já realizadas sobre o contexto destas pessoas é importante, pois auxilia a pensar o trabalho e, comparando às realidades estudadas nas diferentes pesquisas, pude avaliar e comparar com as características da realidade no município de Cachoeirinha.

### 3.2.1 Pesquisa Nacional sobre População Adulta de Rua

O Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), através do objetivo de formular políticas públicas dirigidas para a população em situação de rua, organizou como ação prioritária a realização de um estudos para quantificar e permitir a caracterização socioeconômica, visando orientar a elaboração e implementação de políticas públicas direcionadas a este público.

No período de agosto de 2007 a março de 2008, foi realizada a Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua. Esse trabalho foi executado através de um acordo de cooperação assinado entre a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) e o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

O público-alvo da pesquisa foi composto por pessoas com 18 anos completos ou mais vivendo em situação de rua. O levantamento abrangeu um conjunto de 71 cidades brasileiras. Desse total, fizeram parte 48 municípios com mais de 300 mil habitantes e 23 capitais, independentemente de seu porte populacional. Entre as capitais brasileiras, não foram pesquisadas São Paulo, Belo Horizonte e Recife, que haviam realizado pesquisas semelhantes em anos recentes; e Porto Alegre, que solicitou sua exclusão da amostra por estar conduzindo uma pesquisa de iniciativa municipal simultaneamente ao estudo do MDS, da qual apontarei os dados divulgados no subtítulo próximo. Este estudo de abrangência nacional identificou um contingente de 31.922 adultos em situação de rua nos 71 municípios pesquisados. Embora expressivo, esse contingente não deve ser considerado como o total de população vivendo em situação de rua no país.

Em todas essas cidades, foi realizado um censo das pessoas em situação de rua, através da metodologia de aplicação de um questionário reduzido e uma pesquisa amostral, que investigou um conjunto maior de questões em cerca de 10% das pessoas entrevistadas em cada município.

Foram identificadas 31.922 pessoas em situação de rua nas cidades pesquisadas vivendo em locais como calçadas, praças, rodovias, parques, viadutos, postos de gasolina, praias, barcos, túneis, depósitos e prédios abandonados, becos, lixões, ferro-velho ou pernoitando em instituições (albergues, abrigos, casas de passagem e de apoio e igrejas). Do total das entrevistas, 27,5% foram realizadas em instituições. O restante, 72,5%, ocorreu em locais caracterizados como rua (calçadas, praças, parques, viadutos, entre outros).

Alguns entrevistados negaram-se em responder à pesquisa, sendo 36,6%, apontando não acreditar que esse tipo de levantamento de dados pudesse beneficiá-lo, ou por indisposição, ou por não gostar de responder pesquisas, etc. Em outros casos, os entrevistados não acordaram para responder, sendo 18% dos que

não responderam. 14,3% não conseguiram responder por estarem embriagados e 14% por aparentarem algum transtorno mental.

Do perfil dos entrevistados: nas características socioeconômicas, a pesquisa identificou que a população em situação de rua é predominantemente masculina sendo de 82% dos entrevistados. 53% das pessoas adultas em situação de rua entrevistadas possuíam idades entre 25 e 44 anos.

39,1% das pessoas em situação de rua se declararam pardas. Essa proporção é semelhante à observada no conjunto da população brasileira, que é de 38,4%. Dos entrevistados, 29,5% declararam-se brancos e 27,9% declararam-se pretos.

Os níveis de renda são baixos. Dos entrevistados, 52,6% declara que recebe entre R\$ 20,00 e R\$ 80,00 semanais.

Quanto à formação escolar, 74% dos entrevistados sabem ler e escrever. 17,1% não sabem escrever e 8,3% apenas assinam o próprio nome. A maioria não estuda atualmente, 95%. Apenas 3,8% dos entrevistados afirmaram estar fazendo algum curso (ensino formal, 2,1%, e profissionalizante, 1,7%).

Das questões relacionadas à trajetória na rua, os entrevistados apontam como os principais motivos para esta situação os problemas de alcoolismo e/ou drogas, sendo 35,5%; desemprego, 29,8%; e desavenças com pai/mãe/irmãos, 29,1%. Dos entrevistados, 71,3% citaram pelo menos um desses três motivos (que podem estar correlacionados entre si ou um ser consequência do outro).

Sobre trajetória e deslocamento, é possível observar que 45,8% dos entrevistados sempre viveram no município em que moram atualmente. 56% vieram de municípios do mesmo Estado de moradia atual e 72% vieram de áreas urbanas. Isso significa que uma parte considerável da população em situação de rua é originária do mesmo local em que se encontra, ou de locais próximos, não sendo decorrência de deslocamentos ou da migração campo/cidade. O percentual de pessoas que viveram em seis cidades ou mais é de 11,9%, indicando um comportamento de deslocamentos frequentes, que se convencionou denominar como de “trecheiro”. Dos que já moraram em outra(s) cidade(s), 60,1% não dormiam na rua ou em albergue na cidade anterior. Dos que já moraram em outra(s) cidade(s), 45,3% se deslocaram em função da procura de oportunidades de trabalho. O segundo principal motivo foram as desavenças familiares, 18,4%.

Do total de indivíduos pesquisados, 48,4% estão há mais de dois anos dormindo na rua ou em albergue. Dos que dormem em albergue, estima-se que o tempo de permanência seja elevado. Encontram-se no tempo regular de permanência (1 até 6 meses) 30,4%. Estão há mais tempo 33,3%. E não informaram 36,3%.

Quanto ao pernoite, a pesquisa quantificou que a maioria costuma dormir na rua, sendo 69,6%. Um grupo relativamente menor (22,1%) costuma dormir em albergues ou outras instituições. Apenas 8,3% costumam alternar, ora dormindo na rua, ora dormindo em albergues. Os entrevistados apontam que preferem dormir na rua, 46,5% dos entrevistados; enquanto 43,8% manifestaram preferência por dormir em albergues. Dos que manifestaram preferência por dormir em albergues, foi apontada a violência como o principal motivo da não preferência por dormir na rua. Dos que manifestaram preferência por dormir na rua, 44,3% apontaram a falta de liberdade como o principal motivo da não preferência por dormir em albergue. O segundo principal motivo foi o horário, 27,1%, e o terceiro a proibição do uso de álcool e drogas 21,4%, ambos igualmente relacionados com a falta de liberdade.

Sobre os vínculos familiares, os entrevistados responderam que 51,9% possuem algum parente residente na cidade onde se encontram. Porém, 38,9% deles não mantêm contato com esses parentes e 14,5% mantêm contato em períodos espaçados (de dois em dois meses até um ano). E 34,3% dos entrevistados possuem contatos mais frequentes.

39,2% consideram como bom ou muito bom o relacionamento que mantêm com os parentes que vivem na mesma cidade, enquanto 29,3% consideram esse relacionamento ruim ou péssimo. E 23,1% mantêm contato com parentes que vivem fora da cidade em que se encontram.

Das considerações sobre trabalho e renda, a pesquisa aponta que a população em situação de rua é composta, em grande parte, por trabalhadores: 70,9% exercem alguma atividade remunerada. Dessas atividades, destacam-se: catador de materiais recicláveis (27,5%), flanelinha (14,1%), construção civil (6,3%), limpeza (4,2%) e carregador/estivador (3,1%). Apenas 15,7% das pessoas pedem dinheiro como principal meio para a sobrevivência. Esses dados são importantes para desmistificar o fato de que a população em situação de rua é composta por “mendigos” e “pedintes”. Aqueles que pedem dinheiro para sobreviver constituem

minoria. Desse modo, a maioria tem profissão: 58,6% dos entrevistados afirmaram ter alguma profissão. Entre as profissões mais citadas, destacam-se aquelas ligadas à construção civil (27,2%), ao comércio (4,4%), ao trabalho doméstico (4,4%) e à mecânica (4,1%).

A maior parte dos trabalhos realizados situa-se na economia informal: apenas 1,9% dos entrevistados afirmaram estar trabalhando atualmente com carteira assinada. Essa não é uma situação ocasional. 47,7% dos entrevistados nunca trabalharam com carteira assinada.

Das questões relacionadas à cidadania, a pesquisa aponta que as pessoas em situação de rua declararam que sofrem muitas discriminações, que se expressam, por exemplo, no fato de serem frequentemente impedidas de entrar em certos locais.

A grande maioria, 95,5%, respondeu que não participa de qualquer movimento social ou atividade de associativismo. Apenas 2,9% confirmaram participação em algum movimento social ou associação.

A maioria, 61,6%, não exerce o direito de cidadania elementar, que é o voto, para a escolha dos representantes parlamentares e dos executivos governamentais, sendo que declaram não possuírem título de eleitor.

### **3.2.2 Cadastro da População Adulta em Situação de Rua na Cidade de Porto Alegre/RS, 2007 e 2011**

Em pesquisa realizada em Porto Alegre no ano de 2007, com o objetivo de recensear e mapear os locais de utilização da população de adultos em situação de rua em Porto Alegre, buscou-se conhecer as especificidades de identificando dados de informações socioeconômicas, étnicos, culturais, estratégias de trabalho, geração e renda, sociabilidade, identidade e representações sociais, formas de relação com instituições e demandas para as políticas públicas. Os dados para este estudo foram levantados no período de 28/11/2007 até o dia 23/12/2007, e publicados em janeiro 2008. A pesquisa entrevistou 1.203 adultos em situação de rua no período. Este levantamento permitiu subsídios importantes para organização dos serviços destinados a esta população nos anos que se seguiram.

Em 2011, através de ação do plano municipal de enfrentamento à situação de rua, organizou-se novamente o levantamento censitário das pessoas nesta situação no município. Esta pesquisa entrevistou 1.347 adultos em situação de rua no período de 13 a 21 de dezembro de 2011.

Já a pesquisa de 2007 identificou que o bairro com maior concentração de adultos em situação de rua foi o Centro (23%), seguido do bairro Floresta (15,9%) e Menino Deus (11,7%). Esses três primeiros bairros totalizaram a metade das pessoas pesquisadas, 50,6% do total. Não havendo mudança significativa na pesquisa de 2011, percebe-se o aumento da população em outros bairros, mas que são próximos ao centro da cidade: Centro (27%), Azenha (3,5%), Bom Fim (4,4%), Cidade Baixa (5%), Floresta (10%), Menino Deus (7,7%), Praia de Belas (3,9%) e Navegantes (7,6%).

Na pesquisa de 2007, identificou-se que a predominância é de pessoas do sexo masculino, 81,8%, e 18,2% são do sexo feminino.

Tabela 1 — Faixa etária do entrevistado

<i>Faixa etária</i>	<i>2007</i>		<i>2011</i>	
	<i>Freq</i>	<i>%</i>	<i>Freq</i>	<i>%</i>
De 18 a 24 anos	237	19,7	164	12,2
De 25 a 34 anos	361	30,0	414	30,7
De 35 a 44 anos	266	22,1	299	22,2
De 45 a 59 anos	263	21,9	317	23,5
60 anos ou mais	39	3,2	101	7,5
NS/NR	37	3,1	52	3,9
<b>Total</b>	<b>1203</b>	<b>100</b>	<b>1347</b>	<b>100</b>

Fonte: Porto Alegre (2007, 2011).

Quanto à escolaridade, é possível avaliar que mais da metade dos entrevistados não possui o ensino fundamental completo ou não é alfabetizada. Há um percentual significativo de sujeitos que concluíram o ensino médio e que ingressaram no nível superior.

Tabela 2 — Escolaridade da população adulta em situação de rua de Porto Alegre – 2007 e 2011

<i>Escolaridade</i>	<i>2007</i>		<i>2011</i>	
	<i>Freq</i>	<i>%</i>	<i>Freq*</i>	<i>%</i>
Analfabeto	192	16,0	194	14,4
Ensino Fundamental incompleto	558	46,4	680	50,5
Ensino Fundamental completo	161	13,4	182	13,5
Ensino Médio incompleto	105	8,7	98	7,3
Ensino Médio completo	72	6,0	96	7,1
Ensino Superior incompleto	23	1,9	23	1,7
Ensino Superior completo	8	0,7	12	,9
Aprendeu sozinho / Ensino Especial	3	0,3	---	---
NS/NR	81	6,8	62	4,6
<b>Total</b>	<b>1203</b>	<b>100</b>	<b>1347</b>	<b>100</b>

Fonte: Porto Alegre (2007, 2011).

Outro indicativo importante apontado na pesquisa de 2011 é os dados referentes a consumo de produtos prejudiciais à saúde, sendo esta a declaração quanto ao consumo de drogas apontado na pesquisa, em que um percentual grande de sujeitos indica o consumo de álcool e outras drogas.

Tabela 3 — Consumo de produtos que podem ser prejudiciais à saúde – 2011

<i>Produtos</i>	<i>Todos os dias</i>		<i>De vez em quando</i>		<i>Não usa</i>		<i>NR</i>		<i>Total</i>	
	<i>Freq</i>	<i>%</i>	<i>Freq</i>	<i>%</i>	<i>Freq</i>	<i>%</i>	<i>Freq</i>	<i>%</i>	<i>Freq</i>	<i>%</i>
Medicamentos (xaropes, calmantes ou analgésicos)	219	16,3	265	19,7	779	57,7	84	6,3	1347	100
Maconha (verde, pau podre, beck, baseado...)	196	14,6	258	19,2	807	59,9	86	6,4	1347	100
Bebida alcóolica (cachaça, cerveja, uísque...)	362	26,9	397	29,5	508	37,7	81	6,0	1347	100
Craque (pedra, brita, diaba...)	172	12,8	202	15,0	889	65,9	84	6,3	1347	100
Cocaína (pó)	35	2,6	89	6,6	1126	83,6	97	7,2	1347	100
Cigarro	792	58,8	119	8,8	350	26,0	86	6,4	1347	100
Heroína	5	0,4	23	1,7	1226	91,0	93	6,9	1347	100
Alcool medicinal	2	0,2	38	2,8	1186	88,0	121	9,0	1347	100

Fonte: Porto Alegre (2011).

Na pesquisa de 2007, alguns dados importantes foram apontados para identificação de especificidades relacionadas a estes sujeitos:

- a) Do contato com familiares, 8,4 % afirmaram contatar a família diariamente; 19,3 % contatam semanalmente ou de vez em quando; 15,4 % declaram vê-la mensalmente; 17,5 % disseram não ter visto seus familiares no intervalo de mais de um mês e menos de um ano; 12,6%, não têm contato há mais de um

ano. Quase  $\frac{1}{4}$  dessa população (24,5 %) afirma ter perdido o contato com parentes há mais de cinco anos.

- b) Sobre o uso de albergues e abrigos, cerca de 60% disseram não usar albergues ou abrigos com frequência. Os três principais motivos foram: regras, normas internas da instituição e sentimento de aprisionamento (37,8%); a possibilidade de acesso e preferência a outros locais para dormir (18,6%); forma de tratamento pelos administradores/hostilidade interna (8,4%).
- c) Os dois problemas/doenças de saúde mais citados foram a “dependência química/álcool” e as doenças/problemas “nos dentes”, ambos com o mesmo percentual de 40,1%. E 37,2% declaram sentir “dores no corpo”, como expressão de problemas difusos e não diagnosticados.
- d) Os motivos de ida para a rua foram: rupturas familiares (41,1%); carência de recursos materiais e/ou financeiros (22,8%); álcool, drogas ou fumo (do indivíduo ou na família) (15%); opção, ideais de autonomia, liberdade ou espírito de aventura (5,8%); conflitos junto à localidade de origem (2,9%); doença (2,4%); vinculações familiares ou afetivas (1,8%); saída de instituições prisionais ou ato criminal (1,8%); não se aplica (0,6%); e outros (4,2%).
- e) Entre os principais medos de estar na rua, apontados pelos entrevistados, estão o de ser morto(a)/assassinado(a)/dormir e não acordar, com 21,7%; de ser agredido/violência/marginalidade, com 14,1%; e o medo “da polícia, de ser agredido e preso”, com 12,6%.
- f) Quando perguntados a respeito de “como a população de Porto Alegre trata as pessoas que moram/vivem nas ruas”, os entrevistados afirmaram: “com desconfiança” (72,8%); “com preconceito” (68,8%); “com medo” (64,1%) e “com respeito” (44,2%);

### 3.3 A OFERTA DE SERVIÇO SOCIOASSISTENCIAL PARA A POPULAÇÃO ADULTA EM SITUAÇÃO DE RUA NO MUNICÍPIO DE CACHOEIRINHA

O município de Cachoeirinha possui uma população de mais de 118 mil habitantes, sendo que não há levantamento estatístico da população em situação de rua. Porém, de acordo com levantamento realizado nos dados dos documentos de acesso (fichas de identificação) nos serviços de atendimento a esta população (Albergue Municipal e CREPop-Rua), identifica-se que a população adulta de rua é composta, em sua maioria, de munícipes e itinerantes, com vínculos familiares rompidos. Nos primeiros levantamentos de dados, foi possível detectar que estes enfrentam realidades semelhantes como: desestruturação familiar, exclusão social, desemprego e dependência química (álcool e outras drogas).

A oferta de serviço à população de rua no município, inicialmente, deu-se através do Albergue Municipal, que está em funcionamento desde 2003. Possui dez vagas masculinas e quatro vagas femininas, divididas em dois quartos: masculinos e femininos. Atende das 19h às 7h, ofertando atendimento emergencial às pessoas que são autorizadas por uma assistente social, que realiza o acolhimento e, através de sua intervenção, identifica as necessidades individuais e administra os prazos conforme avaliação.

Ao ingressarem no serviço, são recebidos por monitores que verificam os pertences que os usuários trazem no momento do ingresso e, após, são encaminhados para banho e janta. Este procedimento ocorre através de uma fila, por ordem de chegada. Após a realização desta rotina, a pessoa pode encaminhar-se para a sala e assistir televisão, enquanto aguarda o toque de recolher, que é dado às 22h, quando se recolhem aos quartos. Pela manhã, são despertados a partir das 6h, quando recebem café e são liberados para sair até as 7h.

O trabalho do Centro de Referência da População Adulta de Rua de Cachoeirinha iniciou em maio de 2010, antes executado de forma experimental, vinculado ao Albergue Municipal, entre os meses de setembro e dezembro de 2009. As atividades ocorriam, pois havia a disponibilidade de uma educadora social, bem como de uma assistente social, que também realizavam abordagem social de rua. Neste espaço, foram oferecidas oficinas de atividades manuais e incentivo à leitura, realizadas duas vezes por semana.

Alguns fatores foram avaliados para tornar a criação deste serviço possível, como a necessidade de atender esta população num trabalho diurno, complementando as Políticas da Assistência Social no Município de Cachoeirinha, buscando a garantia de direitos e inclusão da população adulta de rua, itinerantes e munícipes, e a necessidade de promover encaminhamentos para fortalecer estes indivíduos através de intervenções e articulações com a rede. Inserido-os nas políticas na rede de atendimento, através de um olhar focado neste indivíduo, visto sua fragilidade e exclusão social. Com estas iniciativas, pode-se perceber a importância de realizar trabalho dirigido para criar “vínculo” como possibilidade de (re)inserção social, intervenções e fortalecimento para os usuários atendido.

A Secretaria Municipal de Cidadania e Assistência Social (SMCAS) iniciou a implementação do serviço do Centro de Referência da População Adulta de Rua dando condições de espaço físico e contratação de pessoal. Para a implantação deste equipamento, foi destinada uma coordenação e nomeados dois monitores e um educador social. Conforme a Tipificação Nacional, este serviço amplia o atendimento da média complexidade, sendo uma unidade referenciada ao CREAS.

Foi neste contexto que percebeu-se a necessidade de instituir o Serviço do Centro de Referência da População Adulta de Rua, tendo como objetivo oferecer serviço de acolhimento à população adulta em situação de rua, complementando o serviço de assistência já existente no município. O serviço compreende abordagem social de rua, identificação, oficinas, palestras, dentre outras atividades, visando o desenvolvimento da sustentabilidade humana, na perspectiva de fortalecer vínculos interpessoais e/ou familiares que oportunizem a construção de novos projetos de vida. Além de promover a realização de oficinas temáticas visando geração de trabalho e renda para proporcionar a retomada da autoestima e a (re)inserção social dos usuários. Outros serviços ligados a necessidades dos usuários também são disponibilizados, como: espaço para banho e doação de roupas, que ocorrem nas dependências do Albergue Municipal (por questões estruturais de falta de espaço para banhos no local), alimentação nas atividades e endereço institucional para utilização como referência do usuário.

Assim, as pessoas em situação de rua possuem um serviço de atendimento durante o dia, que visa não apenas o atendimento de necessidades emergenciais, mas desenvolver ações e estratégias que busquem possibilidades de reorganização

para estas pessoas, tendo o trabalho educativo como possibilidade de reflexão das condições em que se encontram e a retomada da autoestima.

Atualmente, o serviço do CREPop-Rua conta com uma equipe de duas coordenadoras (um técnico e uma administrativa), três educadores sociais, um monitor, um assistente administrativo, um recepcionista, um estagiário e dois assistentes sociais. Funcionando para atendimento ao público das 08h30min às 17h, de segunda a sexta-feira.

O Acesso ao serviço ocorre de forma espontânea por parte das pessoas em situação de rua que desejarem utilizar os serviços disponíveis. Também podem acessar através da oferta realizada pelo serviço de abordagem social, que ocorre pela equipe do CREPop-Rua, que circula pela cidade procurando identificar os casos de incidência de pessoas nos territórios do município. Ao serem identificados pela equipe, são ofertados os serviços disponíveis e, havendo desejo de ir até o local, a equipe encaminha com o veículo da Prefeitura.

A Prefeitura de Cachoeirinha, desde 2008, possui um convênio para encaminhar dependentes químicos, que desejassem realizar tratamento em comunidade terapêutica, com custos pagos através deste convênio via compra de vagas em Comunidade Terapêutica Privada. Esta política pública é organizada pela coordenação de Recuperação Terapêutica. Em abril de 2011, a Prefeitura inaugurou a primeira Comunidade Terapêutica Pública do Brasil, promovida com recursos municipais, visando atender os munícipes que desejarem realizar tratamento. Com sede no município, a Comunidade Terapêutica Reviver possui 30 vagas masculinas. E o município ainda mantém 20 vagas em uma Comunidade Terapêutica Privada, para encaminhar mulheres e adolescentes.

Conforme é possível avaliar nos dados existentes dos cadastros das pessoas que acessam os serviços para população de rua em Cachoeirinha, seja no albergue municipal ou no CREPop-Rua, a dependência química é o fator predominante dos motivos de ida para as ruas e, quando não é o único, está associado a outros tantos.

A Coordenação de Recuperação Terapêutica realiza seus atendimentos em uma sala dentro do setor do CREPop-Rua, possibilitando melhor acesso destes usuários aos encaminhamentos a serem realizados para ingresso na Comunidade Terapêutica.

### **3.3.1 Levantamento de Dados dos Cadastros do CREPop-Rua de Cachoeirinha**

Para contextualizar a realidade específica no atendimento da população adulta em situação de rua em Cachoeirinha, realizei análise dos dados existentes nas fichas de cadastro que são preenchidas quando estas pessoas ingressam no serviço. Este ingresso dá-se por meio da participação nas atividades oferecidas ou a procura pelos serviços disponíveis.

A procura pelo serviço ocorre por parte da pessoa em situação de rua de forma espontânea. Em alguns casos, a equipe convida para procurar o serviço durante a abordagem social de rua, que é feita duas vezes por semana pela equipe.

Ao frequentarem as atividades ou utilizar os serviços, estes preenchem fichas de cadastro, que é de uso interno da equipe de atendimento. Esta ficha solicita algumas informações básicas de identificação, documentação e os motivos pelos quais a pessoa encontra-se em situação de rua. As informações contidas são de declaração da própria pessoa, havendo casos em que é necessário o preenchimento por parte de quem está atendendo o usuário do serviço.

Estas informações ajudam a equipe a monitorar o número de pessoas em situação de rua no município, encaminhamentos à rede socioassistencial, bem como monitorar os casos de pessoas itinerantes. Em alguns casos, apresentamos em reuniões da rede, a fim de informar e buscar estratégia para estes atendimentos conjuntos. Estes dados também são importantes para quantificar a população de rua, suas características principais, auxiliando para a busca de estratégias de políticas públicas nos atendimentos a esta demanda.

Os números abaixo correspondem a fichas preenchidas de dezembro de 2010 a abril de 2012. Em que, neste período, 63 pessoas foram cadastradas preenchendo esta ficha. Deste total, 56 correspondem a pessoas do sexo masculino e 7 do sexo feminino.

Quadro 2 — Faixa etária dos indivíduos cadastrados

<b>FAIXA ETÁRIA</b>	<b>Mulheres</b>	<b>Homens</b>
<b>18 a 30 anos de idade</b>	01	20
<b>31 a 40 anos de idade</b>	02	19
<b>41 a 50 anos de idade</b>	03	10
<b>51 a 60 anos de idade</b>	01	07

Fonte: Dados da pesquisa.

A população atendida em Cachoeirinha é semelhante ao que já pude identificar como sendo a realidade das pesquisas que citei neste trabalho: cadastro nacional e cadastro de Porto Alegre. Sendo a grande maioria do sexo masculino e com faixa etária predominante entre 18 e 40 anos.

Quadro 3 — Escolaridade dos indivíduos cadastrados

<b>ESCOLARIDADE</b>	
<b>Ensino Fundamental Incompleto</b>	34
<b>Ensino Fundamental Completo</b>	11
<b>Ensino Médio Incompleto</b>	04
<b>Ensino Médio Completo</b>	06
<b>Ensino Superior Incompleto</b>	01
<b>Ensino Superior Completo</b>	01
<b>Não Alfabetizado</b>	02
<b>Não Informado</b>	04

Fonte: Dados da pesquisa.

A escolaridade destes sujeitos também é muito baixa. A maioria dos cadastrados em Cachoeirinha possui o ensino fundamental incompleto, demonstrando que não é diferente das características de pessoas em situação de rua, investigadas nas demais pesquisas citadas por este trabalho, que demonstra que estes não completaram o ensino fundamental.

Quadro 4 — Drogas usadas pelos indivíduos cadastrados

<b>DROGAS USADAS</b>	
<b>Álcool</b>	39
<b>Crack</b>	35
<b>Cigarro</b>	48
<b>Maconha</b>	15
<b>Cocaína</b>	09
<b>Loló</b>	02

Fonte: Dados da pesquisa.

Nesta questão da ficha de cadastro, é permitido que o sujeito aponte mais de uma alternativa. É possível perceber que as respostas indicam mais de uma droga de uso, estando as opções do uso de álcool e crack conjuntamente, em muitas das fichas.

Quadro 5 — Motivos de situação de rua dos indivíduos cadastrados

<b>MOTIVOS DE SITUAÇÃO DE RUA</b>	
<b>Ausência de renda / Desemprego</b>	11
<b>Conflitos familiares (brigas, separação)</b>	17
<b>Consumo de drogas</b>	47
<b>Demanda de saúde mental</b>	07
<b>Outros (falta de moradia, morte de familiar)</b>	05
<b>Não Informado</b>	02

Fonte: Dados da pesquisa.

Nesta questão, também é permitido mais de uma resposta, visto que não é apontado de forma objetiva, mas quantificado conforme resposta dissertativa da pessoa. Os motivos apontados com maior frequência de ida para as ruas é o

consumo de drogas, que muitas vezes é mencionado acompanhado de outros fatores que se correlacionam a questões de conflitos familiares e desemprego.

Neste questionamento, quando necessário, a equipe indica fatores associados aos que apresentam algum tipo de necessidade de avaliação psiquiátrica, ou seja, quando, aparentemente, este sujeito está na rua por transtornos ou desordem mental. Como não é comum que esta pessoa responda este como sendo o seu fator de ida para as ruas, a ficha é complementada pela pessoa que o atendeu, indicando esta observação e organizando o encaminhamento para avaliação na rede de saúde.

Quadro 6 — Locais de origem dos indivíduos cadastrados

<b>LOCAIS DE ORIGEM</b>	
<b>Cachoeirinha</b>	11
<b>Porto Alegre / Grande Porto Alegre</b>	29
<b>Interior RS</b>	15
<b>Outros Estados</b>	06
<b>Não Informado</b>	02

Fonte: Dados da pesquisa.

Cachoeirinha é um município em que há uma perceptível circulação de pessoas em situação de rua que apenas passam pelo município, por ser acesso de estradas que levam à região litorânea do Estado e a outros Estados. Não há levantamento destes dados, são apenas dados observados pela equipe. Geralmente, estas pessoas buscam atendimento das necessidades emergenciais, como banho e doações de roupas. A população que utiliza com frequência o CREPop-Rua é a grande maioria de pessoas da região metropolitana de Porto Alegre.

É importante citar, neste estudo, uma característica de organização social e da percepção de direito de alguns destes sujeitos. Não há organização que possibilite a participação destas pessoas em movimentos sociais, mas percebo como estas pessoas visualizam seus direitos enquanto cidadãos quando, estes usuários dos serviços da política de atendimento a pessoas em situação de rua em cachoeirinha, seja no CREPop-Rua ou seja no Albergue, sentem-se desassistidos

por estes serviços, buscam modificar a situação nos Gabinetes da Secretaria ou Gabinete do Prefeito. Penso que esta busca demonstra uma percepção, mesmo que distorcida por vezes, de como organizar-se para buscar os seus direitos.

## 4 EDUCAÇÃO SOCIAL

Ao realizar as leituras das entrevistas feitas para este estudo, identifiquei algumas categorias para realizar análise sobre a prática do trabalho executado no setor: as especificidades da Educação Social, o papel do educador social, a exclusão social, o etnocentrismo x o relativismo cultural, o acolhimento e a escuta sensível e a redução de danos como paradigma educativo. Algumas observações, identificadas a partir desta pesquisa estarei apontando nas considerações finais, como possibilidade de criação de projetos que orientem o trabalho prático e proponham teorias que auxiliarão o desenvolvimento da oferta de serviços.

Por tratar-se de um serviço novo no município, ainda não foi executado nenhum tipo de regulamentação que ampare a forma teórico-metodológica da execução das atividades e de atendimento. E, no campo prático, vejo que o formato desenvolvido está em constante adaptação e aprendizagem por parte das pessoas que trabalham no local, dada a especificidade da população atendida.

As categorias que selecionei foram percebidas frente às avaliações das entrevistas, bem como, nas falas cotidianas que direcionam o formato de trabalho. Assim, identifiquei a necessidade de discuti-las mais profundamente, avaliando o que praticamos no cotidiano dos atendimentos prestados pelo serviço e o que trago aqui como elementos básicos de compreensão e de ação da Educação Social.

### 4.1 BUSCANDO O PROCESSO EDUCATIVO NO TRABALHO SOCIAL

Através da percepção aprofundada do que é praticado no cotidiano do serviço, penso que o trabalho ofertado é, antes de tudo, um processo educativo. Trata-se de uma oferta da Assistência Social enquanto política pública, conforme foi explanado anteriormente, mas também, na sua essência, é um processo educativo gerador, que promove a busca de reflexão aos indivíduos que utilizam o serviço.

É importante, aqui, clarear que considero o conceito de Educação amplo, e para explicar, neste estudo, volto-me ao conceito de Educação como processo de ensino e aprendizagem: contínuo, humano e integral. Não escolar ou institucional, mas, contínuo por transformar através de aprendizagens cotidianas.

Percebo como um processo educativo as práticas desenvolvidas no serviço, por ser, na sua essência, práticas de aprender-ensinar que permitem ao usuário refletir-compreender. Onde as pessoas aprendem entre si: educadores e educandos (usuários<sup>1</sup>), não só durante as atividades que são ofertadas, mas também nos atendimentos diversos recebidos por estas pessoas.

Orientar, auxiliar, instruir e promover a reflexão são características do processo educativo que entendo que ocorrem no espaço e nos atendimentos. Não se trata de educação formal, no sentido restrito da escolarização ou da reprodução de modelos de escolarização. Mas, de Educação no sentido amplo do conceito, enquanto ação intencional, voltada para a Educação Social, e que não visa no processo educativo apenas o contexto avaliativo quantitativo das aprendizagens, mas avalia as transformações pessoais e sociais sob a ótica das trajetórias dos envolvidos. Procura despertar, nestes sujeitos, as possibilidades de reflexão das situações individuais vividas, ao mesmo tempo em que questiona a realidade vivida coletivamente.

Falar sobre Educação Social é preciso passar pelo conceito de Pedagogia Social que se construiu através dos movimentos sociais de luta pelos direitos humanos em uma metodologia pedagógica, de caráter teórico-prático, que se refere à socialização do sujeito e aos aspectos educativos do trabalho social. O indivíduo socializa-se dentro e fora de instituições e, por isso, a Educação Social deve atuar em todos os contextos que desenvolve a vida do ser humano. O conceito de Educação está claramente ligado ao contexto social, às formas políticas dominantes, à cultura e à realidade educativa. A Educação é uma dimensão inseparável dos indivíduos e do meio em que ele vive e ocorre ao longo de toda a vida do ser humano. Toda a educação deve ser social, pois esta se dá na família, na escola, na comunidade e volta-se para a vida social. A Educação Social deve estar inserida no contexto da educação ao longo da vida, visando promover uma sociedade que educa e uma educação que socializa, para reparar o risco, a dificuldade ou o conflito social (DÍAZ, 2006). Portanto, é quase uma redundância falar em Educação “Social”. Entretanto, é necessário, ainda, demarcar este espaço construído pelos educadores que se dedicaram à luta por estabelecer princípios e formas de ação que vão para além da educação dita formal.

---

<sup>1</sup> Termo utilizado para caracterizar pessoas usuárias do serviço.

Falando mais especificamente sobre Educação Social de Rua, é importante historicizar que esta prática educativa iniciou suas primeiras estruturações conforme descreve Oliveira (2004, p.21)

Ela foi construída arduamente, no contexto de uma práxis que atravessou importantes ciclos políticos da história do Brasil, desde sua gestação no período do “milagre brasileiro”, sua implantação, entre o final da década de 70 e a queda da ditadura, seu engajamento direto na luta pelos direitos constitucionais, em que foi preponderante na promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente em 1990... A Educação Social de Rua, nessa trajetória, afirmou-se como um movimento profissional de transformação comparável aos grandes e marcantes movimentos pedagógicos progressistas do Ocidente moderno.

O histórico desta prática está na sua essência voltado a uma educação direcionada a crianças e adolescentes. Penso que por uma necessidade/desejo de garantir o propósito educativo que faltou para estes sujeitos em formação e que se encontram na rua. Não seria este o momento para uma discussão e pesquisa mais acentuadas sobre esta possibilidade, mas, aponto aqui a adequação que percebo que estas concepções estão sofrendo, por exemplo, na Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais de 2009 (conforme especificado no capítulo referente à legislação), que passa a tratar a abordagem social de rua com o olhar ao indivíduo, garantindo a existência de equipes para atender e desenvolver as potencialidade e possibilidades com crianças, adolescentes e adultos que estejam em situação de rua.

Ficou claro, nas entrevistas, que o processo educativo é fator estimulante e promotor de reflexão aos sujeitos que estão (re)organizando-se e também dos que ainda não conseguiram fazer movimentos para mudança de suas situações. Em todas as entrevistas, percebi valorização subjetiva nas falas, quando associam o serviço à possibilidade de reflexão ou quando relacionam a retomada de sua autoestima ao acolhimento prestado pela equipe.

E vocês davam aquele empurrãozinho: diziam bah que legal!. Aí eu via a diferença nos trabalhos, eu ajudava os outros. Comecei a me sentir importante, comecei a me sentir útil... Bah eu vou começar a chorar... Começou a valer o trabalho. Mas, que sentido isso vai ter pra mim neh? Eu tô na rua, tô todo sujo... (Antônio, 51 anos).

[...] esta ajuda é um empurrão pra achar uma saída, que não é fácil. A gente sai comentando, que às vezes é um lanchinho é uma atividade que ajuda a gente a não ir usar a droga... (Luana, 36 anos).

Estas considerações expostas pelos entrevistados compõem a proposta da Educação Social. Avalio este processo educativo nas ações educativas voltadas à Assistência Social. Trata-se do paradigma da Assistência Social não como assistencialismo, e sim com a proposta pensada para o social. Entendendo o indivíduo integrante da sociedade, não dependente dela, mas como parte.

E é neste contexto que percebo a intenção educativa dentro do processo social do trabalho ofertado. Ser educativo neste local é uma forma de romper com atendimentos assistencialistas, pois todo o indivíduo traz um pouco de si para envolver-se e trocar experiências. Não apenas recebe, nem apenas doa-se, e sim possibilita uma troca social.

#### 4.2 QUAL O PAPEL DO EDUCADOR NESTE PROCESSO?

Considerando a possibilidade da intenção em um processo educativo na execução das atividades e oferta de atendimento, percebo a necessidade em discutir o contexto dos profissionais que são os facilitadores deste processo. O profissional necessita, antes de tudo, perceber-se e permitir-se ao atendimento das demandas sociais. Tendo uma postura além do que é percebido inicialmente na sua prática, precisa assumir o lugar e o papel a que se destina o seu fazer. Não o de sentir-se superior ao sujeito que atende, e sim de entender-se parte de um contexto social que todos estamos inseridos.

Graciani, no livro 'Pedagogia Social de Rua' (2001), descreve o trabalho do educador que atende crianças e adolescentes no contexto da rua, assim é também o atendimento destinado ao adulto nesta situação, que são indivíduos que vivem as dificuldades e degradação impostas pela vida nas ruas. A criação do trabalho de Educação Social de Rua teve como premissa o pensamento de Paulo Freire e da sua 'Pedagogia do Oprimido' (1987), que orienta a prática da Educação Popular como prática social, e que propõe-se a transformar, produzir, dialogar, criar e elaborar um processo de conhecimento na sociedade e dentro das relações sociais. Buscando, através desta prática, a capacidade dos indivíduos discernirem e recusar as regras de dominação e organização das classes dominantes da sociedade. Educação Popular é uma prática que lida com o conhecimento, o que pode contribuir

para que as classes populares ampliem seus conhecimentos, possibilitando as mudanças possíveis nas lutas de classes.

Para Graciani (2001), a Pedagogia Social de Rua possui características especiais, porque seus destinatários são especiais, pois vivem situações de abandono e nos perigos da rua. Neste contexto, é necessário despertar as potencialidades destes sujeitos, e é a isto que esta pedagogia se destina, para estimular a proteção social destas pessoas como cidadãos.

No capítulo sobre o trabalho do educador, Graciani (2001) descreve alguns requisitos necessários a este profissional, apontando a necessidade em possuir competência e flexibilidade pedagógica. Bem como, características fundamentais de personalidade e habilidades pessoais na relação com o outro. Também são importantes as características técnico-profissionais, que são as habilidades e conhecimentos de determinadas áreas, permitindo reflexão e ação sobre seu fazer.

Neste processo educativo, é fundamental a adesão afetiva e a ausência de preconceitos e julgamentos. Neste caminho, encontramos muitos obstáculos, e o profissional, para atender às demandas sociais, quando não possui estas características, precisa disponibilizar-se a buscar, sensibilizar-se, (re)construir seu olhar sobre o outro. Despir-se de preconceito e olhar-se como igual e não superior.

"Quem ensina aprende ao ensinar, e quem aprende ensina ao aprender" (FREIRE, 1996, p. 25). Justifica, assim, o pensamento de que o educador não é superior, melhor ou mais inteligente, do que o sujeito que atende, mas é integrante de um processo onde as partes são seres humanos, participante do mesmo processo da construção de aprendizagem. O educador deve desenvolver em si o papel de pesquisador, sujeito curioso, que busca o saber e assimila de uma forma crítica, não ingênua, com questionamentos e percepções da realidade e seu meio social. Pois, para Freire (1996, p.32), "não há ensino sem pesquisa nem pesquisa sem ensino". É neste contexto que este profissional deve buscar atualizar-se para auxiliar sua prática e crescimento pessoal e humano. Quando não há, em sua essência, as características necessárias para o desenvolvimento de seu trabalho, deve buscar esse crescimento, auxiliando no melhor desenvolvimento de sua prática.

É importante que este profissional desenvolva a capacidade de comunicação, onde possa interagir com as ações dos seus atendidos, e que os seus vínculos

auxiliem nos processos a que se destina a sua prática.

Quando não há a existência destas características nem a disponibilidade em alcançá-las, percebo a dificuldade de o profissional desempenhar suas funções. Se todos os profissionais conseguissem perceber o quanto de educativo tem a função do setor e, na função que cada um desempenha, talvez facilitasse o trabalho individualmente e coletivamente. É preciso entender ao que se destina este trabalho, que não é só “dar”, que não é apenas assistencial/assistencialista, mas o assistencial/político/educativo. Pois, no caminho, ao longo desta prática, encontramos obstáculos como desgastes de ordem social, mental e física, consequências da angústia, impotência, frustração e insegurança vividos nas situações encontradas no contexto da rua. Assim, é importante que seja constante o preparo para saber enfrentar estas situações (GRACIANI, 2001).

Sendo assim, o trabalho do educador social deve promover a igualdade, o respeito a todos os sujeitos e a seu contexto, atentando-se para as necessidades de cada um, respeitando e protegendo os direitos, a privacidade e a autonomia. Ser educador social, no seu nome, traz a essência que é fundamental na prática: educar para o social. E educar para o social é buscar a compreensão e sensibilização diante dos problemas sociais. E, para tanto, focando na importância do trabalho educativo dos profissionais que atendem, fez-se necessário trabalhar com as duas categorias abaixo: escuta sensível e acolhimento, para demonstrar o quanto positivo é promover o trabalho através destas práticas.

#### 4.3 COMPREENDER O MUNDO, COMPREENDER O OUTRO

Trago, neste título, a discussão sobre o conceito de etnocentrismo, que percebi necessário refletir enquanto categoria de análise através das observações constantes, de como nos percebemos no trabalho, frente às angústias causadas pela dificuldade em aceitarmos as formas como os sujeitos se organizam.

O etnocentrismo é a visão do mundo percebida através do grupo do “eu”. Em que o próprio “eu” é o centro de tudo e todos os outros são pensados e sentidos através dos valores individuais. O pensamento percebido como modelo são as definições partindo apenas do seu modelo de grupo. Pode ser visto como a

dificuldade de pensarmos a diferença, o sentimento de estranheza, medo, hostilidade, do que é diferente de nós.

[...] Etnocentrismo é, pois, indagar sobre um fenômeno onde se misturam tanto elementos intelectuais e racionais quanto elementos emocionais e afetivos. No etnocentrismo, estes dois planos do espírito humano – sentimento e pensamento – vão juntos compondo um fenômeno não apenas fortemente arraigado na história das sociedades como também facilmente encontrável no dia-a-dia das nossas vidas (ROCHA, 1988, p.5)

É partir do entendimento que o grupo do “eu” é a visão única possível, a melhor, a natural, a superior, a certa. E o grupo do “outro” torna-se o engraçado, absurdo, anormal ou ininteligível. Este processo resulta na formação de identidade de grupos, em que o “outro” grupo ganha formas e nomes pejorativos e discriminatórios, intencionalmente para reforçar o grupo do “eu” como padrão da sociedade, ou como o melhor, superior, mais sábio. Enquanto a sociedade do “outro” é atrasada e tantas outras características que o inferiorizam.

Esta é a forma que percebo como a sociedade lida com as pessoas em situação de rua e o quão etnocêntrica é a cultura da sociedade ao tratar estas pessoas ao julgá-las como grupos descentradas da sociedade, como pessoas que não pertencem aos grupos vistos como melhores.

O relativismo cultural busca apontar a possibilidade de relativizar, não dar como verdade a cultura de um determinado grupo. Relativizar o comportamento do povo da rua não é reforçar as situações de exclusão a que estão submetidos, mas compreender como resultado da sociedade etnocêntrica e excludente que estamos inseridos. Estes comportamentos são “diferentes”, mas são as estratégias que estes sujeitos habituaram-se para a sobrevivência e não apenas por escolhas.

Desta maneira, podemos compreender o relativismo como “entrar em relações dialógicas” e não como um mero “cada um tem seu jeito” que equivale mais a uma indiferença com o outro do que com a preocupação em estabelecer uma relação com ele e saber reconhecer o seu lugar na sociedade (LEMOS, 2003, p.142).

Atuo no cargo de coordenadora técnica, sendo que sou a mais antiga componente do serviço. As experiências práticas e teóricas sobre o assunto foram fatores estimulantes para a execução deste trabalho de pesquisa. Nos anseios da prática, me deparo com o que considero como dificultador do trabalho no setor: os

preconceitos, as avaliações superficiais do contexto em que estas pessoas estão inseridas e a culpabilização do morador de rua pela sua situação. Estas questões tornam importante a discussão sobre exclusão social e o processo de culpabilização, como resultado do meio excludente em que estamos inseridos.

#### 4.4 OS QUE ESTÃO DE FORA: pensando a exclusão social, culpabilização e opressão

Estes pontos de análise vêm para argumentar parcialmente sobre como percebo alguns contextos referentes ao problema social da existência de pessoas em situação de rua, sendo este, resultado dos modelos econômicos e políticos do Brasil. Ao pensar o problema da rua como consequência da exclusão social, inicialmente, remete-me às condições de miséria, pobreza, desemprego e violência presentes na sociedade. Mas na prática, analiso, também, outros conceitos facilmente percebidos em como a sociedade trata o problema social de pessoas em situação de rua: exclusão, culpabilização e opressão.

A violência tem se estendido de forma alarmante, vulnerabilizando as populações, pois estas se encontram às margens do desemprego e subemprego. Guareschi (2008) afirma que, para compreendermos a exclusão, é necessário identificarmos alguns pontos históricos a partir de uma concepção crítica, analisando as relações dos grupos entre si e com a sociedade, não somente do ponto da exploração e dominação, mas tendo em vista a significativa parcela que se encontra fora do mercado de trabalho. Situação esta, necessária para que a exclusão se mantenha hegemônica na sociedade a partir de ideologias fundamentais: a competitividade e a culpabilização. A competitividade decorre de um pressuposto neoliberal hegemônico que exige a exclusão de alguns para o privilégio de outros. Este processo se dá como uma “seleção natural”, estabelecida entre os seres humanos, portanto, é considerada como forma única de viver. O enriquecimento de uns para a miséria e o empobrecimento de muitos, diante das relações de produção, encontra-se na origem, também, dos processos de individualização do trabalho, “super-exploração” dos trabalhadores, exclusão social e uma integração perversa, acarretando forte indiferença “antissolidária” e a fabricação de uma multidão de seres humanos empobrecidos e descartáveis.

A rua como moradia é percebida, por mim, como uma construção deste modelo de sociedade em que o indivíduo necessita competir em um espaço onde há possibilidades para poucos. Em uma sociedade em que as riquezas são para poucos, mas que, mesmo assim, vende-se a imagem de que o possuir muito se torna fator imprescindível para pertencer a esta sociedade. Tornando este vazio de não “alcançar”, fator estimulante para abrir espaços para a criminalização, para a busca de preencher o vazio do fracasso com as drogas, desestimulando os indivíduos e fragilizando os vínculos afetivos e emocionais.

Neste contexto, se desencadeia a estratégia da culpabilização. Ela tem, como uma de suas consequências, a atribuição do sucesso e do fracasso exclusivamente ao próprio sujeito, rejeitando questões e situações sociais, subjetivando a individualização do social e condições de poder individual, impossibilitando pensar a responsabilidade social e as ações coletivas em escala planetária. Esta é a visão da sociedade ao julgar os indivíduos que utilizam a rua como moradia. O julgamento inicial é o de tratá-los como optantes da condição em que se encontram, culpabilizando a situação às suas escolhas.

“Eu sou sem sorte...” — Forma como os usuários se descrevem.

“São vagabundos...”; “Estão assim porque querem...” — Discursos comuns trazidos pela comunidade à equipe de abordagem social de rua.

Não observando as diversas condições de rupturas que a grande maioria enfrentou a vida inteira, e que os levou a procurar nas ruas o que a sociedade não lhes garantiu. Até mesmo, nos casos de pessoas que possuíam condições financeiras familiares, enfrentaram situações de exclusão. Exemplifico, aqui, os casos de pessoas que estão na rua pelo uso de drogas, e que suas famílias possuem condições financeiras. É culpar apenas o indivíduo, esquecendo-se que toda a sociedade é vítima da exclusão social e desta organização natural, de tornar-se opressor em busca da competitividade e de um lugar, onde não há lugar para todos.

Muitas vezes, os próprios sujeitos se dizem “sem sorte na vida”, ou se culpabilizam pelos erros cometidos no passado — e que se agravam com o tempo de vida nas ruas —, considerando-se como “desafortunados”, no mesmo sentido

que os antropólogos Snow e Anderson (1998) analisaram as respostas da população em situação de rua no livro 'Desafortunados: um estudo sobre o povo da rua', relacionando os fatores estruturais de uma sociedade excludente com os fatores biográficos e de autculpabilização dos sujeitos de acordo com o que neles se imprime enquanto estima social e cultural. Como diz Émerson, um dos entrevistados: "Não é fácil refletir quando tá nesta situação, mas que é mais fácil julgar, pois as pessoas julgam [...]".

Freire (1987), em a Pedagogia do Oprimido, descreve a opressão advinda do sistema capitalista, que coloca o ser humano em estado de "coisificação" e não reconhecimento de sua própria opressão, pois o neoliberalismo é a forma mais cruel e devastadora de opressão estabelecida entre os seres. Argumenta que, mais difícil do que o oprimido desvelar o opressor que há em si, é o opressor se reconhecer enquanto opressor e oprimido, tendo em vista que passa a vida tentando buscar coisas e situações que preencham o vazio deixado pelo processo de desumanização ao qual se submete quando opta pela condição de opressor.

Trabalhar com pessoas em situação de rua necessita dos profissionais, muito além do que está escritos nas atribuições dos cargos, necessita visão humana e disposição em adequar-se às diversidades que encontramos nas situações destes indivíduos. Penso que, por muitas vezes, estamos mergulhados nestas concepções culturais de como a sociedade lida com as situações dos excluídos, mas o profissional que atua nesta demanda precisa propor-se a olhar estas pessoas e as situações em que eles enfrentam, como consequências das práticas excludentes dos modelos econômicos que não priorizam as vidas humanas e sim o lucro a poucos.

Por se tratar de um órgão público, os profissionais contratados no local são servidores públicos municipais, de provimentos por concurso público, cargos em comissão ou estagiários. São encaminhados sem a exigência de qualquer tipo de experiência, pois os cargos de monitor e educador social, para prestar o concurso os candidatos, necessitam de ensino médio. Apesar de, nas atribuições divulgadas, descrever a população atendida e os conteúdos mencionados direcionarem o tema para o público atendido, já presenciei discurso de servidores que dizem não estar preparados para atender a estas situações e, em alguns casos, relatam que não leram as atribuições dos cargos. Esta realidade torna a postura destes profissionais

resistente ao trabalho e à compreensão das necessidades do público atendido, o que dificulta o trabalho ofertado. Muitas vezes, estas posturas acabam excluindo estas pessoas de um espaço que é de inclusão, referência e reorganização. Onde, na organização estrutural da oferta do serviço, fica perceptível, aos atendidos, a desorganização estrutural interna.

Todo o profissional traz consigo, na sua prática, os reflexos da sua organização pessoal e de personalidade. Estar disposto a repensar suas concepções e buscar respostas para problemas da sociedade, pensando com o olhar no outro, é uma tarefa difícil para a maioria, estar disponível a isto é menos comum acontecer.

Percebo, também, um processo de autculpabilização por parte dos profissionais que atendem no setor. É comum a desmotivação coletiva da equipe, por haver poucos casos concretos de organização dos atendidos. É quando o profissional passa a acreditar que o trabalho ofertado não auxilia no processo de (re)organização e saída das ruas. Como se o único motivo para a (re)organização fosse a oferta de um serviço de atendimento. Como se bastasse apenas a nossa vontade, em atender e ajudá-los, para que modifiquem a situação de rua ou dependência química. Culpam, esquecendo de todos os rompimentos e exclusões, difíceis de superar, que estes sujeitos enfrentaram para chegar à situação em que se encontram. Como na história abaixo:

Emerson conta que seu primeiro contato com a rua foi aos 9 anos. Filho de pais separados foi criado pela mãe juntamente com mais três irmãos, na cidade de Viamão. Conta que a mãe precisou dar a irmã mais nova para ser criada por outra família por uma família muito pobre. Conta que cedo os irmãos começaram a trabalhar para ajudar no sustento da casa, assim ele também aos nove anos começou a realizar trabalhos que pudessem ajudar a família... que gostava de jogar vídeo game e que este foi o motivo que o retirou da escola aos 10 anos, pois começou a utilizar o dinheiro que ganhava para jogar. Emerson ajudava a carregar compras de clientes de um supermercado, e ganhava dinheiro das pessoas. Inicialmente ajudava a mãe, mas que com o tempo passou a utilizar todo o dinheiro para jogar. Quando tinha 12 anos passou a morar na rua, ficou oito meses morando no centro de Porto Alegre e após foi encaminhado ao abrigo João Paulo II de Porto Alegre, ficou até os 14 anos (Registro da entrevista com Emerson, 31 anos).

Enquanto profissionais, devemos perceber a garantia de direitos e de inclusão como a possibilidade de rompimento das situações de violência e riscos vividas por

estas pessoas. Pois é no atendimento ofertado que estão as possibilidades de reflexão, conforme identifiquei nas falas dos entrevistados.

#### 4.5 O ACOLHIMENTO E A ESCUTA SENSÍVEL COMO PRINCÍPIOS DO PROCESSO EDUCATIVO

Através das análises das entrevistas, pude identificar duas práticas realizadas no cotidiano do trabalho ofertado: o acolhimento e a escuta sensível. Percebo assim, a necessidade de olhá-las enquanto metodologia e como ponto de partida para o desenvolvimento do trabalho educativo que observo como prática no setor.

Com esta observação, percebo a forma de atendimento e acolhimento que são oferecidos nos atendimentos e nas atividades realizadas no CREPop-Rua. Muitas são as definições para a palavra acolher: hospedar, receber, abrigar, dar acolhida, recolher (alguém), atender, deferir, receber, ouvir a alguém, amparar. Estas descrevem formas diferentes para realizar desta ação e descrevem ações que executamos. Nas entrevistas, percebi o quanto é importante para os usuários este acolhimento:

[...] é um local que acolhe, quando a pessoa está no lixo do lixo da vida, é um lugar muito acolhedor, é um trabalho muito bonito, e claro que ajuda muito (Luana, 36 anos).

[...] eu me sentia gente e um pouco importante"... "Comecei a me sentir importante, comecei a me sentir útil..." "foi o conjunto das coisas, eu devo o como estou hoje... é graças a este trabalho... graças ao acolhimento que eu tive (Antônio, 56 anos).

Para discutir a importância do acolhimento como possibilidade de reflexão, faz-se necessário olhar o conceito de como o sujeito se organiza nas relações com o saber (CHARLOT, 2000).

A relação de acolhimento torna-se uma relação dialógica para promover um processo ensino-aprendizagem, nas significações que estas reflexões podem ocorrer para os sujeitos, dando sentido de criar um espaço de relações apropriadas para esse processo. É a relação da prática de cuidado componente fundamental percebida como uma disponibilidade emocional e uma intencionalidade que não se opõe ao ensino e à apropriação do conhecimento. Este cuidado não significa ser compreendido numa perspectiva de julgamento moral ou como prática de assistencialismo, mas como um aspecto específico da aprendizagem. É a

importância do estabelecimento do diálogo como princípio educativo, numa relação de reciprocidade para promover o processo de aprendizagem. Estou falando da intencionalidade em acolher, visando prover a reflexão/aprendizagem, possibilidade de relação com o saber. Essa relação implica na atividade e, para tal, o sujeito precisa mobilizar-se. Para que haja essa mobilização através do conhecimento, é necessário que o sujeito perceba sentidos e significados nessa atividade: sentir-se acolhido. “Mobilizar-se é também engajar-se em uma atividade originada por móveis, porque existem ‘boas razões’ para fazê-lo” (CHARLOT, 2000, p. 55).

A relação que o sujeito tem com o saber é a forma da relação do sujeito com o mundo. A influência é uma relação e não uma ação exercida pelo ambiente sobre o indivíduo. É necessário pensar em termos de relação, pois os sujeitos são seres humanos e estão em relação com o meio, que é o mundo em que o sujeito partilha com os outros. A relação com o saber é a relação de um sujeito com o mundo, com ele mesmo e com os outros. Assim, para pensar no acolhimento como intencionalidade é preciso perceber como o sujeito relaciona-se com o saber e como se percebe no mundo ante ao outro.

É possível realizar, através da metodologia de escuta sensível, um acolhimento mais eficaz que permita que a pessoa que está recebendo atendimento sinta no outro a disponibilidade para acolher, e que este não se sinta julgado pela situação em que se encontra. É esta disponibilidade de quem está recebendo o outro que deve render possibilidades futuras. Uma postura de confronto para estas pessoas pode não auxiliar na percepção, fazendo com que se defenda e dificultando uma possível referência de confiança.

A escuta sensível, enquanto metodologia, apoia-se na empatia em que o pesquisador deve saber sentir o universo afetivo do outro para compreender suas atitudes. A escuta sensível reconhece a aceitação incondicional de outrem, sem julgar sem medir ou comparar; sem, necessariamente, identificar-se às opiniões ou às ações do outro. A pesquisa se faz presente e inconsciente. Olhando o outro através do seu lugar, reconhecendo ele “em seu ser” como pessoa complexa dotada de liberdade e imaginação criadora.

Faz-se necessário, partindo do princípio de como podemos nos imaginar no sentimento e condição deste usuário, permitindo trabalhar sem precisar julgar, confrontar ou avaliar os motivos da situação em que se encontram. E sim praticar a

escuta sensível para estar ali promovendo que este indivíduo possa se sentir seguro pela presença e pelo vínculo criado através da necessidade que possui de ter a referência no profissional que se disponibiliza em atender.

Ao praticar a escuta sensível não se pratica a interpretação de fatos, começa por não interpretar e suspender qualquer julgamento procurando o “algo mais” (surplus, teoria Rogeriana), buscando surpreender-se com o que é desconhecido. A escuta sensível é sempre uma escuta-ação espontânea. (BARBIER, 2002, p.3).

A postura de quem atende deve garantir esta intencionalidade em acolher e tornar como objetivo principal do serviço o acolhimento ao sujeito, para buscar uma relação de confiança e respeito, vinculando o usuário às estratégias de referenciá-lo para buscar possíveis e futuras reflexões/ações sob suas situações de risco.

#### 4.6 A REDUÇÃO DE DANOS COMO PARADIGMA EDUCATIVO

Uma das situações de risco que se apresenta como a mais frequente é o uso abusivo de álcool e drogas. O que faz necessário discutir sobre o tema redução de danos, que praticamos em muitas ações cotidianas quando agimos buscando preservar a vida e reduzir os danos causados pelos riscos do uso de drogas. Pude identificar, nos dados qualitativos, conceitos de redução de danos praticados imperceptivelmente nas ações e atividades do setor. É importante explicar, inicialmente, sobre como se iniciou esta estratégia no Brasil.

As primeiras ações de redução de danos no Brasil ocorreram na cidade de Santos, em 1992, visando diminuir o número de casos de HIV que, desde o final da década de 1980, já demonstrava números surpreendentes. As ações de redução de danos foram inicialmente combatidas com processos civis, pois a sociedade entendia que estas práticas estimulavam o consumo de drogas, sendo que as ações incluíam a entrega de seringas para usuários de drogas injetáveis. Assim, o projeto foi interrompido e, em 1994, o Conselho Nacional de Entorpecentes deu parecer favorável para a execução de projetos que visam a redução de danos. Estudos já comprovaram que as práticas, ao contrário do que alguns supunham, a implantação de programas de redução de danos, não indicam o aumento de casos de HIV, mas a queda nos índices de outros tipos de doenças transmissíveis e a diminuição da

frequência de uso de drogas injetáveis, bem como aumento na utilização de preservativos (BRASIL, 2010).

A redução de danos é uma estratégia pública de aproximação e estabelecimento de vínculos com o usuário de drogas que se mantém afastado de tratamento. O profissional redutor de danos necessita de uma postura não exigente, para viabilizar o contato que, posteriormente, possa ser seguido de um pedido de ajuda e tratamento.

Esta abordagem busca solucionar problemas adquiridos com o uso de drogas. Inicialmente, foi muito criticada e estigmatizada por buscar atender as pessoas que não desejam ou não conseguem parar de usar drogas. A estratégia é abordar o problema das drogas partindo do princípio que não é obrigatório interromper o uso, mas formular práticas que diminuam os danos causados àqueles que consomem as drogas.

As estratégias de redução de danos baseiam-se nos princípios da tolerância, pragmatismo e diversidade. Tolerância para respeitar as escolhas individuais. Pragmatismo para que o objetivo maior seja o de preservar a vida do indivíduo. E a diversidade para a aceitação e compreensão de que as pessoas são diferentes, compreendendo questões a partir dos vários pontos de vista: cultural, social, psicológico, biológico, jurídico, etc. (BRASIL, 2010).

É o cuidando dentro do cuidado, valorizando através do redutor de danos, que tem o papel de um agente social com práticas de acolhimento, de educação e de exercício de cidadania. Nas falas colhidas através das entrevistas, os indivíduos trouxeram informações que me remetem a perceber que praticamos esta abordagem no fazer do trabalho:

“entreter as pessoas”, “uma ocupação”, “distraia para não utilizar droga”, “não ir procurar droga, para se esconder”, “Eu buscava o auxílio, ou seja, pra mim não ir lá e usar. E hoje eu entendo que é pra isto, pra tentar trazer as pessoas pra elas pensar sobre isto” (Emerson, 31 anos).

Nesta fala, é possível identificar a intenção do serviço em trabalhar sobre a perspectiva de redução de danos, quando o espaço possibilita a participação nas atividades, mesmo sabendo que o usuário não interrompeu o consumo de álcool e drogas, ou quando permitimos que o usuário acesse o local, por vezes alcoolizado, reduzindo o risco de ser agredido ou sofrer algum acidente se estiver na rua.

Utilizamos-nos das estratégias de redução de danos enquanto ato pedagógico. Não através das práticas de substituição de uma droga por outra, ou de formas diferentes para a utilização de drogas, que reduzam os riscos de transmissão de doenças. Estas são práticas da redução de danos que muito contribui para reduzir os riscos à saúde dos dependentes químicos. Mas buscamos a possibilidade de reduzir o tempo na rua e o tempo vulnerável aos riscos que a dependência química os coloca.

É importante lembrar que somente o fato de haver um serviço que atenda estas pessoas não é o suficiente para mobilizar o desejo em modificar a situação ou o tratamento para dependência química. Mas a existência de atividades para os “*entreter*” (Emerson, 31 anos), diminui o tempo deles vulneráveis na rua. E é neste tempo disponibilizado nas atividades oferecidas que podemos possibilitar a reflexão das necessidades individuais, e despertar um possível pedido de ajuda. Trabalhamos para estar ali, disponíveis para atender, orientar e ajudar quando estes sentem necessidade de buscar o que ofertamos.

“A questão da Redução de Danos vai além dos procedimentos e técnicas para reduzir/minimizar o uso abusivo de drogas, ela é um novo paradigma, um conjunto de estratégias e uma política pública” (PETUCO, 2012).

Nas falas destes sujeitos, identifiquei a importância da associação ao tempo disponibilizado às atividades oferecidas. Ao questionar as percepções de futuro aos entrevistados, pude perceber algumas características quanto à organização em relação ao tempo na vida destas pessoas.

No discurso dos sujeitos que se encontram constituindo um processo de organização: buscando albergagem, fazendo tratamento, retomando os vínculos familiares e afetivos para além do seu grupo de rua, percebo que estes conseguem descrever possibilidades de futuro, permitindo-se olhar o passado, o presente e o futuro. Ou seja, apropriar-se do tempo, de seu tempo, mesmo que seus planos de futuro pareçam projeções pouco exigentes, mas, para eles, o plano vai criando sentido cada vez mais concreto.

[...] eu pretendo ter: um quartinho ou uma casa minha, sozinho ou com uma companheira, se eu conseguir superar aqueles negócios que eu te falei. Não precisar tomar trago, não vai ter motivo... controlar isso, e o que posso querer mais? Se já é feliz com isso o resto que vier vou ficar mais feliz ainda. Ah, ajudar os outros, usar o que aprendi aqui (Antônio, 56 anos).

Já nas falas dos sujeitos que se encontram na rua e com dificuldade em se organizarem ou pararem de usar drogas, as perspectivas são acentuadas ao presente ou às coisas que não conseguem aceitar do passado. As concepções de futuro são pouco argumentadas, suas falas trazem sentido na dificuldade em construir possibilidades para o futuro.

[...] Eu me imagino junto da minha filha e do meu filho, como era no passado. Quando a gente dormia junto todos os dias, quando ela brigava para dormir junto comigo... mas eu sei que é o hoje, e no futuro vai ser melhor. Eu tô indo devagar para não errar, o que eu desejo é ter tudo de volta e rápido, mas sei que tem que ser devagar (Emerson, 31 anos).

[.....] tenho medo do futuro e do que pode vir pela frente, por causa desta droga é horrível, tá matando muita gente, não só por isso, mas que ela não deixa ninguém se desenvolver, fluir a vida: é um passo pra frente e três pra trás, dois pra frente e quatro pra trás, cinco pra frente e dez pra trás, pra quem usa crack não há futuro... (Gilson, 34 anos).

Eu queria a minha vida de volta, como era antes... como eu tô hoje é como se eu não vivesse, foi uma decadência muito grande em tão pouco tempo. (Luana, 36 anos).

Carmem Craidy (1998) descreve esta dificuldade de a pessoa na rua em situar-se no tempo como a dificuldade em aceitar o passado e a realidade que o futuro pode significar. Traduzindo, assim, o tempo, apenas em tempo presente pela importância que é resolver o hoje.

Nela (na rua) existem muros visíveis e invisíveis, interdições radicais, espaços delimitados, e – o que é mais grave - o tempo aí parece estar suspenso. Para os que vivem na rua, não há história, mas um repetir-se crônico e circular da vida sem projeto, eterno presente que implica a luta cotidiana pela sobrevivência. Permanecer vivo, ter algum prazer constitui o móvel fundamental do existir. O amanhã não existe, a não ser quando chegar na forma de hoje e trazer suas exigências. O passado é melhor omitir; é duro e perigoso demais para ser lembrado. Esse eterno presente manifesta-se como suspensão de laços e perspectivas (CRAIDY, 1998, p. 25).

Lemos (2002) traz a relação de tempo para a vida humana como sendo o que dá o sentido e organiza a nossa percepção de realidade. Que vivenciamos o tempo através de sequências e transformações biológicas, bem como dos vínculos que criamos durante a vida, ou seja, se constituem através da vivência temporal da rede de relações que os indivíduos estabelecem. O passado, o presente ou o futuro é algo construído no grupo social de cada sujeito, sendo códigos de linguagem, símbolos que usamos nas relações humanas para organizar nossa trajetória. Esta associação ao presente, percebida nos discursos destas pessoas, define uma

desconexão com o tempo passado, desligando o sentido de sua história pessoal e localização temporal de existência. As percepções humanas de vivência temporal se estabelecem através do que constitui a rede de cada indivíduo com seu grupo social. Para as pessoas em situação de rua, tanto o amanhã quanto o ontem são evitados.

A forma como descrevem o tempo, percebendo-se no tempo presente, é uma forma de impedir que materializem o que buscam esconder do passado: questões de frustrações e sofrimentos. Não havendo condições de simbolizar as perdas, dificulta a possibilidade de planejar o que está por vir, encontrando-se sempre no aqui e agora.

E, da relação que Lemos (2002) estabelece entre o uso de álcool e drogas com a temporalidade destes sujeitos, descreve que a presença destas substâncias exacerba o “fechamento” no presente, pois a droga aumenta seus canais de percepção, multidimensiona suas sensações e faz com que busquem continuamente a repetição do momento presente, vivido pelos sentimentos de “fuga” que a droga traz.

Explicar as significações destes sujeitos sobre a percepção do tempo fez-me perceber a importância do serviço no tempo presente destes sujeitos. Ressignificar o tempo no presente destas pessoas passa por uma ação de redução de danos. Levando-se em conta o quanto é importante e fechado o presente destes indivíduos, é preciso compreender que as possibilidades que o serviço pode auxiliar dentro do tempo em que este indivíduo envolve-se ao disponibilizar-se nas atividades ofertadas. Assim como, ofertar-lhes a possibilidade de ressignificar o passado e, portanto, o futuro.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho é a realização de um estudo sobre as políticas de assistência social para a população adulta de rua no município de Cachoeirinha, em que busquei identificar, através de estudo no local onde atuo como educadora social, o caráter educativo do Centro de Referência da População Adulta de Rua.

Tive como objetivo identificar se o serviço promove a reflexão a estes indivíduos, buscando compreender as possibilidades que a proposta educativa pode auxiliar na reflexão e possibilidade de (re)organização das pessoas em situação de rua que utilizam este serviço.

Para isto, utilizei-me do estudo de caso, por compreender como uma forma eficaz em poder analisar e explorar enquanto caso específico de um serviço e as especificidades da oferta a que se destina.

[...] o estudo de caso não é uma escolha metodológica, mas uma escolha sobre o que pode ser estudado', podendo ser mobilizados outros métodos, mas não são estes que definem o interesse pelos casos, pelo contexto, pelos fenômenos que ocorrem numa situação particular (SILVA, 2005, p. 56).

Buscando identificar como os usuários do serviço, percebem a influência do trabalho ofertado em suas perspectivas. Realizei entrevistas através da técnica de histórias de vida, buscando argumentos para explicar como estes indivíduos compreendem os objetivos do trabalho em suas trajetórias de vida. "A História de Vida é um método que tem como principal característica, justamente, a preocupação com o vínculo entre pesquisador e sujeito" (BARROS, 2007, p.29).

Através das entrevistas, da revisão teórica sobre o tema, bem como da minha percepção na prática, selecionei algumas categorias para análise que percebi como importantes para poder avaliar o objetivo a que me instiga esta pesquisa: identificar o processo de Educação Social na oferta do serviço.

Como o a Educação Social foi fator gerador para esta pesquisa, trago a discussão sobre a proposta educativa para identificar os objetivos da Educação

Social e o desenvolvimento na história da Educação compreendendo este processo em um setor de atendimento da assistência social.

Assim, falar sobre a Educação Social trouxe a necessidade em discutir o papel do educador neste processo. E que percebo, através das experiências práticas e desta pesquisa, o quanto é importante o papel deste profissional no atendimento e no acolhimento destas pessoas.

Ao tentar compreender como a sociedade percebe o problema da situação de rua, identifiquei a necessidade em discutir o etnocentrismo que argumenta algumas situações de preconceito e dificuldade em aceitar as pessoas em situação de rua. Trouxe, também, uma breve explanação sobre a exclusão social e o processo de culpabilização vividos pelas pessoas em situações de rua.

Nas entrevistas realizadas, ficaram claras algumas práticas que são desenvolvidas nos atendimentos e atividades, e que reforçam a intenção educativa do serviço. O acolhimento e a escuta sensível, identifiquei enquanto princípios do processo educativo, onde, nas entrevistas, foi perceptível nas falas dos indivíduos quando questionados sobre como percebem o serviço. O acolhimento e a escuta sensível são desempenhados no local como uma estratégia de aproximação imperceptível por parte dos profissionais, visando aproximar os usuários e promover possibilidades de redução dos riscos da rua. A escuta sensível é um tipo de escuta advinda do próprio pesquisador/educador como sugere a 'abordagem transversal' (BARBIER, 2002, p. 1).

O pressuposto do acolhimento parte da importância do estabelecimento do diálogo como princípio educativo, numa relação de reciprocidade para promover o processo de aprendizagem. Para esta compreensão, utilizei-me das considerações sobre a relação do sujeito com o saber (CHARLOT, 2000).

Outra prática executada no setor é a redução de danos enquanto ato pedagógico. Nas entrevistas, foi possível identificar, nas considerações apontadas pela ocupação do tempo, quando se disponibilizam para a participação das atividades. Assim, reduzem o tempo que permanecem na rua em situação de risco. Sendo a participação nas atividades, uma possibilidade

de redução de danos e dos riscos que a rua e o consumo de drogas oferecem. Pensar a redução de danos permitiu-me observar como estas pessoas percebem-se ante as significações temporais, quais são as suas percepções e qual a importância do tempo em suas vidas. Considerando a presença do consumo de drogas nesta relação entre o tempo e a vida destas pessoas.

Estas práticas trouxeram argumentos importantes que fazem a condução do trabalho. Porém, ainda não haviam sido identificadas, por revisão bibliográfica sobre o tema, mas que são perceptíveis nos discursos dos sujeitos envolvidos neste processo, e que caracterizam o trabalho como uma prática educativa.

Enquanto pesquisadora em campo, identifiquei a necessidade de apresentar aos gestores deste serviço algumas sugestões que possam auxiliar na condução do trabalho ofertado no setor. Inicialmente, indico a necessidade da criação de um Plano Político Pedagógico a fim de orientar o trabalho educativo que ocorre nas práticas e nos atendimentos. Permitindo que a equipe tenha orientado o conhecimento e a prática teórica do trabalho.

Apondo, também, a necessidade de discutir com a Prefeitura, juntamente com a Secretaria de Administração, Secretaria responsável pela orientação dos concursos públicos e nomeação dos servidores, que se encaminhe para os futuros concursos para os cargos de educador social e monitor a possibilidade de exigências mínimas para possibilitar candidatos que obtenham conhecimento na área social e de atendimento a pessoas em situação de rua.

Considero também a importância de que sejam oferecidas capacitações específicas para os servidores que trabalham diretamente com a população em situação de rua, para que estejam continuamente se capacitando e se preparando para o atendimento a este público.

Identificar a função educativa da oferta deste serviço torna-se importante, visto as possibilidades que esta perspectiva pode auxiliar no que futuramente poderá indicar a condução deste trabalho. Ao finalizar este trabalho e apresentar aos gestores desta política, percebo que esta pesquisa ajudará a pensar novos caminhos e possibilidades a trilhar a partir de agora.

## REFERÊNCIAS

BARBIER, René. Escuta **Sensível na Formação de Profissionais de Saúde. Conférence à l'École Supérieure de Sciences de la Santé**, 1., 2002, Brasília, DF. [Anais]. Brasília: Ministério da Saúde, 2002.

BARROS, Carolyne Reis, et al. "Conte-me sua História": reflexões sobre o método de história de vida. **Mosaico: estudos em psicologia**, Belo Horizonte, v. 1, 2007.

BRASIL. Decreto nº 7.053, de 23 de dezembro e 2009. Institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua e seu Comitê Intersectorial de Acompanhamento e Monitoramento, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] União**, Brasília, 23 dez. 2009.

BRASIL. Resolução nº 109, de 11 de novembro de 2009. Aprova a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais. **Diário Oficial [da] União**, Brasília, 25 nov. 2009.

BRASIL. **Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome**. Disponível em: <[www.mds.gov.br](http://www.mds.gov.br)>. Acesso em: 15 de junho 2012.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua**. Brasília: MDSCF, 2008.

BRASIL. Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas – SENAD. **Prevenção ao Uso Indevido de Drogas: capacitação para conselheiros e lideranças comunitárias**. 2. ed. Brasília: MS, 2010.

CHARLOT, Bernard. **Da relação com o saber, elementos para uma teoria**. Porto Alegre: Artmed, 2000.

CRAIDY, Carmem M. **Meninos de Rua e Analfabetismo**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.

DÍAZ, Andrés Soriano. Uma Aproximação à Pedagogia: educação social. **Revista Lusófona de Educação**, n. 7, p. 91-104, 2006.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 19. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

\_\_\_\_\_. **Pedagogia do Oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1987.

GRACIANI, Maria Stela S. **Pedagogia Social de Rua**: análise e sistematização de uma experiência vivida. São Paulo: Cortez: Instituto Paulo Freire, 2001.

GUARESCHI, Pedrinho. **As Artimanhas da Exclusão**: pressupostos psicossociais da exclusão: competitividade e culpabilização. Petrópolis: Vozes, 2008.

LEMOS, Miriam P. **Ritos de Entrada e Ritos de Saída da Cultura da Rua**: trajetórias de jovens moradores de rua de Porto Alegre. 2002. 152 f. Dissertação (Mestrado em Educação)— Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2002.

MAZZOTTI, Alda Judith Alves. Usos e Abusos dos Estudos de Caso. **Cadernos de Pesquisa**, v. 36, n. 129, 2006.

OLIVEIRA, Walter Ferreira de. **Educação Social de Rua**: as bases políticas e pedagógicas para uma educação popular. Porto Alegre: Artmed, 2004.

PETUCO, Dênis Roberto. **Redução de Danos e Outras Palavras sobre o Cuidado de Pessoas que Usam Álcool e Outras Drogas**. Disponível em: <<http://denispetuco.com.br/Redu%C3%A7%C3%A3o%20de%20Danos%20%E2%80%93%20outras%20palavras%20sobre%20o%20cuidado%20de%20pessoas%20que%20usam%20%C3%A1lcool%20e%20outras%20drogas.pdf>>. Acesso em: 20 de agosto de 2012.

PORTO ALEGRE. Prefeitura Municipal de Porto Alegre. **Cadastro e Estudo do Mundo da População Adulta em Situação de Rua de Porto Alegre**. Porto Alegre: PMPA, 2007.

PORTO ALEGRE. Prefeitura Municipal. **Cadastro da População Adulta em Situação de Rua na Cidade de Porto Alegre**. Porto Alegre: PMPA, 2011.

ROCHA, Everardo P. Guimarães. **O que é etnocentrismo**, São Paulo: Brasiliense. 1988.

SILVA, Ana Maria Carneiro da Costa e. **Um Estudo de Caso Centrado Numa Equipe Multidisciplinar**. 2005. 406 f. Dissertação (Doutorado em Educação)— Universidade do Minho, Braga, 2005.

SNOW, David; ANDERSON, Leon. **Desafortunados**: um estudo sobre o povo da rua. Petrópolis: Vozes, 1998.

**ANEXO A — ROTEIRO DE ENTREVISTA**

Nome:
Idade:
Cidade de origem:
Tempo em situação de rua:

1. Conte um pouco de sua história:

História de vida, trajetória. Inferir perguntas sob forma de conversa dando um tratamento de escuta aos sujeitos.

2. Quais os motivos te levaram a esta situação?

Motivos que levaram à situação de vida nas ruas:

3. O que você entende do trabalho do CREPop-Rua?

Representações sobre o serviço CREPop-Rua:

4. Você acha que o trabalho oferecido aqui, permite que você reflita sobre sua situação?

Motivos que levaram a procurar este serviço?

5. Como você se imagina no futuro?

Projeções de futuro (pessoal)

## ANEXO B — ENTREVISTAS

### **Entrevista com Emerson, 31 anos.**

Emerson, é o primeiro entrevistado, inicialmente expliquei os motivos pelos quais eu estava o entrevistando, dizendo que estou realizando uma pesquisa para identificar a influência do CREPop-Rua para as pessoa que passam pelo serviço.

Emerson, atualmente não está em situação de rua, passou pelo serviço entre os meses de janeiro a abril de 2011. Em abril de 2011 ingressou na Comunidade Terapêutica Pública Reviver, no qual realizou tratamento de nove meses e hoje mantem-se em abstinência.

Emerson conta que seu primeiro contato com a rua foi aos 9 anos. Filho de pais separados foi criado pela mãe juntamente com mais três irmãos, na cidade de Viamão. Conta que a mãe precisou dar a irmã mais nova para ser criada por outra família por uma família muito pobre. Conta que cedo os irmãos começaram a trabalhar para ajudar no sustento da casa, assim ele também aos nove anos começou a realizar trabalhos que pudessem ajudar a família. Conta que gostava de jogar vídeo game e que este foi o motivo que o retirou da escola aos 10 anos, pois começou a utilizar o dinheiro que ganhava para jogar. Emerson ajudava a carregar compras de clientes de um supermercado, e ganhava dinheiro das pessoas. Inicialmente ajudava a mãe, mas que com o tempo passou a utilizar todo o dinheiro para jogar. Quando tinha 12 anos passou a morar na rua, ficou oito meses morando no centro de Porto Alegre e após foi encaminhado ao abrigo João Paulo II de Porto Alegre, ficou até os 14 anos quando foi encaminhado ao colégio Padre João Calabria (semi-interno). Voltou a estudar, participou de cursos profissionalizantes e ficou três anos interno nesta instituição, morando na república do colégio. Não possuía nenhum contato com a sua família. Quando saiu desta instituição conseguiu bons empregos como office boy e garçon, todos através dos cursos que havia realizado na escola. Após este período, já com 18 anos, ele retornou para a

família, indo morar com a sua irmã mais velha na cidade de Viamão. Começou a trabalhar, mas que não conseguia manter-se muito tempo nos serviços, mas como necessitava de dinheiro para ajudar na casa e manter-se começou a procurar outras formas de conseguir dinheiro, através de roubos e furtos. Associa a este motivo de ter conhecido as drogas, sendo que até então fumava cigarro e maconha, passando a experimentar outras drogas. O fato de envolver-se em roubos na região, fez com que precisasse sair da casa da irmã por estar em risco. Mudou-se para Cachoeirinha, para a casa de sua mãe, para buscar uma *“nova vida, pra parar com tudo”*. Casou-se com 19 anos, teve dois filhos e criou um enteado. Após perder um emprego em cachoeirinha voltou a praticar furtos e foi preso. Por este motivo voltou para Viamão, para morar próximo a sua irmã, com a expectativa, novamente, de recomeçar *“uma nova vida”*, porém voltou a consumir drogas. Trabalhava com o cunhado em obras e fazia *“negócio”* com material que ganhava nas obras. Conta que em um momento fez negócio com crack e acabou experimentando, adquirindo vício nesta droga. Conta que nesta ocasião sua esposa também era usuária de drogas e os dois utilizavam juntos. Aos 26 anos separou-se abandonando a casa após negociar o imóvel, deixando a família sozinha, fugiu com o dinheiro da venda da casa. Retornou para cachoeirinha para morar com sua mãe ficou 1 ano e meio sem usar drogas, quando recaiu. Sua mãe não mais permitiu que ele ficasse em sua casa, assim Emerson passou a utilizar as ruas da cidade de cachoeirinha como moradia.

Emerson considera que o motivo principal que o levou para a vida nas ruas foi a dependência química. Mas enfatiza que quando era menor, as condições econômicas da família e o seu fascínio pelo jogo de vídeo games foram os primeiros passos para a situação. Cita também a falta do pai em casa.

Quanto a sua percepção do serviço do CREPop-Rua, Emerson diz que inicialmente entendia que servia para *“entreter as pessoas”* como *“uma ocupação”*. Diz que ele vinha para o local por isso, pois assim ele *“distraia para não utilizar droga”*. Conta que ele nem entendia para que servia este trabalho, nem pensava o porquê, mas que procurava o local para não ir procurar droga,

para “se esconder”: *“Eu buscava o auxílio ou seja pra mim não ir lá e usar. E hoje eu entendo que é pra isto, pra tentar trazer as pessoas pra elas pensar sobre isto”*.

Diz que acha o trabalho legal e importante, pois traz a possibilidade de “ocupar”. Mas diz que ele demorou muito para perceber isto. Como Emerson realizou um tratamento em comunidade terapêutica ele citou como sugestão para tornar o trabalho mais produtivo, a possibilidade de que o CREPop-Rua facilitasse o encaminhamento de pessoas para comunidades terapêuticas. Disse que *“o tempo que utilizam nas atividades não é bem o tempo necessário para pensar em mudar...”* Fazendo relação por considerar que ele só conseguiu refletir efetivamente sobre a sua situação enquanto esteve no espaço de tratamento. Cita que é muito difícil às pessoas acreditar numa pessoa que está nesta situação: *“muitas vezes as facilidades de somente ganha muito fácil as coisa, isso não auxilia em fazer pensar em mudar”... “tem gente que vir aqui e ganhar um prato de comida, acha melhor que ir ali e trabalhar por este prato de comida”... “Às vezes o fácil não ajuda a pensar, pois há pessoas que vêm pela comida, outra vêm por necessidade e outras vêm por ser fácil”*. Conta que para ele era por necessidade e por achar fácil o retorno. Assim diz que: *“não é fácil refletir quando tá nesta situação, mas que é mais fácil julgar, pois as pessoas julgam...”*

Sobre as referências ao futuro Emerson contou um fato que disse ser um segredo, que nunca havia comentado com outra pessoa: Que quando estava na rua e acolhido pelos serviços da Prefeitura (Albergue e CREPop-Rua), numa ocasião necessitou mudar o lado que estava passando na rua, para que sua filha de oito anos não o visse na situação em que estava. Conta que estava sob efeito de droga e portava drogas no momento. Que esta situação ainda o emociona muito (Emerson chorou ao contar), e após este acontecimento ele procurou a pessoa que realiza os encaminhamentos para Comunidade Terapêutica do município e decidiu buscar o tratamento.

Emerson completou o tratamento de nove meses, conta sua recuperação conforme ingresso no tratamento, dizendo estar “*11 meses e alguns dias em recuperação*”, imagina o seu futuro junto com sua filha e seu filho, como era no passado. Que sonha ter sua filha dormindo junto com ele todos os dias, como era antes, quando ela brigava para dormir ao seu lado. A relação com sua filha atualmente não é como ele gostaria, “*mas eu sei que é o hoje*” e que para o futuro sonha como ser melhor. Diz que está indo devagar para não errar, pois o desejo é ter tudo de volta e rápido, mas que sabe que tem que ser devagar.

#### **Entrevista com Gilson, 34 anos.**

Gilson nasceu na cidade de Taquara, mudou-se quando criança para a cidade de Gravataí, juntamente com sua mãe, padastro e dois irmãos, onde moraram por 22 anos no mesmo local. Casou aos 27 anos e teve três filhos, morava no mesmo pátio com a mãe. Em 2006 seu padastro faleceu e em 2007 a sua mãe faleceu, o que considera como fator que desestruturou sua vida, pois com a morte de sua mãe suas tias venderam o terreno da família o que o fez procurar moradia em outro local e de aluguel. Conta que esta desorganização da vida familiar levou-o a procurar as drogas e o álcool. Atualmente seu irmão mais novo, com 18 anos, mora com uma de suas tias e seu irmão de 29 anos encontra-se atualmente na rua. Como sua ex-esposa também estava em situação de rua seus filhos foram recolhidos a um abrigo e que tem notícias de que posteriormente foram adotados por outra família.

Começou a usar maconha com 14 anos e que após a morte da mãe passou a utilizar outras drogas. Considera como motivo da ida para as ruas o uso de drogas: a dependência ao crack. Diz que a dependência facilitou para levá-lo para a rua mesmo quando trabalhava como servente de obras, pois começou a furtar materiais das obras e não conseguiu mais manter-se financeiramente. Mas reforça que o motivo principal é o crack.

Sobre as significações referentes ao trabalho do CREPop-Rua, Gilson diz que os trabalhos oferecidos nas atividades ajuda “a trazer conhecimento”, se diz “cabeça fraca” por não aproveitar e vir aprender mais. Diz que se é para dar uma nota daria nota 7, questionei se ele gostaria de pontuar o que poderia ser melhor e Gilson citou a necessidade de haver mais atividades para ocupar todo o tempo disponível das pessoas em situação de rua.

Sobre a possibilidade de os sujeitos poderem refletir, Gilson diz que pensa que o serviço ajuda sim a refletir: “*agora depois desta pergunta eu to pensando, pois penso o porquê eu dependo disto? Porque eu to na rua, se eu tivesse uma casa, tivesse um emprego eu não taria dormindo na rua ou no albergue, nem do banho, eu teria o meu chuveirinho no conforto do meu lar. Automaticamente faz sim!*” Diz que procurou o serviço por necessidade para tomar banho, para albergue, para poder almoçar no restaurante popular.

Quando questionado o que espera do futuro, Gilson diz que “*sente medo do futuro e do que pode vir pela frente*”. E sente este medo por causa da droga: “*é horrível, tá matando muita gente, não só por isso, mas que ela não deixa ninguém se desenvolver, fluir a vida: é um passo pra frente e três pra trás, dois pra frente e quatro pra trás, cinco pra frente e dez pra trás, pra quem usa crack não há futuro. Mas eu tenho esperança, de que eu tome um susto bem grande e aprenda. Pois o ser humano é assim...*”

Dividiu suas perspectivas de futuro em duas visões a realidade e o sonho. Se dizendo um cara realista: “*é o medo por saber que não há futuro pra quem usa crack.*” E o sonho: “*Entrar numa igreja, virar um evangélico, conseguir o meu trabalho de volta, alugar uma casinha e ter o meu filho e a Luana (sua companheira) perto de mim e eu já seria feliz.*”

No encerramento Gilson reforçou a necessidade de haver mais cursos, principalmente profissionalizante: “*Qualquer coisa, nem que seja pra estar ali dentro olhando para a parede, mas que pelo menos ocupa o tempo e o cara não tá ali na rua bebendo e usando droga*”. Conta que quando estava no albergue houve ocasiões que o tempo entre participar da atividade e o horário

de ingresso no albergue não eram suficientes para juntar o material reciclado, vender e ir comprar a droga, impedindo o uso.

### **Entrevista com Luana, 36 anos**

Luana, é filha de um casamento de 6 filhos, perdeu a irmã mais velha em 2004, assassinada quando esta tinha 26 anos. A família morava em Cachoeirinha. Aos 13 anos seus pais separaram-se, por iniciativa de sua mãe, que foi embora de casa em razão do alcoolismo do pai. Ela ficou morando com o pai na casa da família, e que o pai não parou de beber e que ela não quis ir embora por sentir pena do pai. Por este motivo deixou a escola tendo estudado até a 6ª série, quando o pai faleceu, tinha 17 anos e foi morar com a irmã mais velha, em Porto Alegre. Engravidou a primeira vez quando tinha 14 anos, de um namorado na escola menor de idade. Quando a sua primeira filha nasceu a deixou com sua mãe que a cria até hoje. Casou-se aos 21 anos, teve 3 filhos, frequentava a igreja, não usava drogas. Seu marido começou a usar drogas no trabalho, foi como Luana conheceu as drogas, começou a usar em casa como forma de enfrentar o seu marido. Quando tinha 32 anos separou-se após muitas brigas e sofrer agressões. Após a separação perdeu a guarda de seus filhos em razão da dependência química. Teve outro namorado no qual engravidou novamente. Atualmente a sua ex-sogra (mãe do seu ex-marido) possui a guarda de seus filhos até mesmo da mais nova que não é sua neta. Luana conta que ficava nas ruas andando pela vila que morava (vila da Paz em cachoeirinha), conta que perambulava pelas ruas a procura de drogas, quando conheceu Gilson, a cerca de um ano atrás. *“Ele me deu segurança, por que eu sou bastante insegura”*. Atualmente Luana e Gilson utilizam a rua como moradia nas imediações da Avenida Flores da Cunha, e Luana diz que diminuiu o consumo de drogas quando mudou de local, pois na Vila da Paz consumia com muito mais frequência. Conta que Gilson a convenceu a sair da vila mencionando o trabalho da Prefeitura e que eles ficariam *“melhor na faixa”*.

Luana relata que sempre sentiu muita falta de afeto e que isto fazia com que ela ficasse na vila a espera de que a família a chamasse e dissesse *“Luana me dá um abraço, mas a gente sempre foi criado sem amor”*.

Luana é portadora do vírus HIV e faz uso da medicação para controle da imunidade. Em janeiro Luana teve um bebê filho de Gilson, que antes de ter alta do hospital foi passado a guarda do bebê para sua irmã mais nova, que mora na vila da Paz, em função da situação de rua do casal. Esta é sua segunda gravidez desde que está com Gilson. A primeira, o bebê nasceu de seis meses e faleceu nos primeiros dias de vida. Após o nascimento do bebê, ela retornou para a rua e algumas semanas depois procurou o serviço em busca de atendimento médico, pois dizia estar muito gripada. Foi encaminhada aos atendimentos da rede de saúde e esteve duas semanas hospitalizada em razão de uma pneumonia grave, pois a alguns dias não estava tomando a medicação para controle da imunidade. Quando estava no hospital mencionou a equipe do CREPop-Rua, que a visitava frequentemente, vontade em fazer um tratamento em comunidade terapêutica. Foi encaminhada no dia seguinte após sua alta. Luana foi encaminhada para a fazenda feminina conveniada ao município, através da compra de vagas, ficando apenas uma semana no local, solicitando retorno ao município.

Questionada sobre os motivos da situação em que se encontra Luana menciona a falta de moradia. Conta que a casa que morava com o ex-marido foi vendida por ele para consumir drogas. Cita também a dependência química como um dos motivos que a mantém juntamente ao fato de Gilson estar em situação de rua, sente desejo em acompanhá-lo.

Sobre o trabalho do CREPop-Rua, Luana diz que quando soube através de seu companheiro, achou que é um trabalho *“bonito e importante”*. Questionei para que explicasse se acha que ajuda, Luana respondeu: *“é um local que acolhe, quando a pessoa está no lixo do lixo da vida, é um lugar muito acolhedor, é um trabalho muito bonito, e claro que ajuda muito”*.

Sobre a possibilidade de reflexão, Luana diz reflete quando: *“percebo que as pessoas que trabalham aqui podiam não estar pensando na gente, mas estão e isso é muito bom”*. E que *“esta ajuda é um empurrão pra achar uma saída, que não é fácil. A gente sai comentando, que às vezes é um lanchinho é uma atividade que ajuda a gente a não ir usar a droga. Toma um tempo. É um bem!”*

Sobre suas perspectivas de futuro, Luana diz que gostaria muito de ter sua vida de volta: *“o fato de ter perdido tudo me desnorteou muito, perder meus filhos que eram uns grude comigo me abalou psicologicamente, eu não consigo me abrir, não consigo ir vê eles, eles moram aqui perto e o gurizinho (seu último filho de 3 meses) também”*... Questionei se o seu sentimento era de vergonha, e Luana diz que também, mas que não gosta de ser julgada como fraca *“o olhar do meu cunhado, com preconceito de AIDS que ele tem. A minha sobrinha quando vem pra perto de mim, ele não deixa nem eu pegar ela no colo e eu sempre digo que eu tô limpinha”*. Luana traz sentimentos de carência de afeto da família nas palavras que disse, e se justifica dizendo que isto à impede de fazer aproximação e que o usuário de drogas que tá tentando dá uma parada precisa muito de carinho de afeto, pra continuar de pé.

Diz que: *“como eu tô hoje é como se eu não vivesse, foi uma decadência muito grande em tão pouco tempo”*.

Ao final disse que sente muita dificuldade em falar de sua vida, que várias vezes a rede de saúde marcou psicólogo para ela e ela não foi por não querer admitir. Que nos dias em que esteve na Comunidade Terapêutica não conseguia falar nas reuniões de grupos. Finalizou dizendo que sentia uma angustia muito grande e que as vezes que usa a droga sente isto. Mas que também se questiona o porquê se antes, quando tinha tudo, por que foi pegar a droga: *“mas é de boca-aberta, de bobalhona que eu fui e sou até hoje, é que dá muita tristeza.”*

Questionei se ela conseguia enxergar o que necessitava e como fazer para buscar o que ela mencionou como sonho. Luana, disse que não sabia e

que sente uma sensação muito estranha, mas que não consegue fazer: “esse *empecilho é só eu*”. Encerramos a entrevista quando ela disse: “*ai, deu cássia*” já levantando-se da cadeira, com voz angustiada como se já não conseguisse mais falar.

### **Entrevista com Antônio, 56 anos.**

Esta entrevista foi realizada em uma sala da Comunidade Terapêutica Pública Reviver.

Antônio iniciou contando um pouco de sua história, relatando como se constituiu a sua família. Conta que sua mãe teve muita dificuldade de engravidar, e que o primeiro filho do casal foi uma criança “comprada” por pressão de sua avó (mãe de sua mãe) que insistia muito por questões familiares pela necessidade de que deveria constituir família. Este irmão tinha problemas mentais (não descritos), Antônio conta que havia uma suspeita de que este menino, que foi criado como seu irmão, era filho de seu avô, que o casal não possuía mais vida conjugal e com muitas brigas, e seu avô teria tido um filho fora do casamento, assim sua avó teria dito que havia comprado o menino para ser criado por seus pais, mas que tratava-se de um filho de seu marido, e irmão da mãe de Antônio. A família sempre morou em Porto Alegre, possuíam alguns bens, como terrenos e apartamentos. Após 4 anos, sua mãe conseguiu engravidar e teve Antônio, que conta que foi criado muito ligado a sua mãe, que sempre teve desavenças com seu pai, diz que ele sempre se sentia com razão em tudo, o que o afastou de um convívio mais próximo com o pai. Antônio diz que sempre precisou ajudar a proteger o irmão que era muitas vezes maltratado na escola. Após o seu nascimento sua mãe conseguiu engravidar novamente. Conta que sua mãe teve câncer de mama e que teve que retirar a sua mama, ele cuidava da mãe e fazia os curativos. Numa ocasião sustentou a casa por seu pai estar desempregado. Seus pais morreram, seu irmão mais velho (criação), casou-se e mora em Porto Alegre e seu irmão mais

novo, Antônio classifica-o como “um vigarista, um 171”, que as últimas notícias que tem dele é de que ele comete crimes e ganha a vida como estelionatário.

Começou a trabalhar com 13 anos, começou a beber e fumar cigarro com 15 anos. Refere que seus aprendizados referentes a vida sexual e conjugal foram todos errados, que iniciou precocemente o que julga que até hoje dificulta seus relacionamentos pois não consegue ter um relacionamento que “enjoa”, não conseguindo suportar muito tempo: *“Eu queria amar alguém, eu acho tri bonito aquele negócio de amar, sabe? Mas, eu não consegui ter uma pessoa num relacionamento mesmo. Que eu enjoava as mulheres, sempre fui eu quem fui embora, eu não tinha nada o que dizer contra elas eu simplesmente enjoava. É difícil explicar isto, é aquele carinho que dói, que tu quer ele, mas não consegue... tu começa agredir a pessoa por que tu não quer aquele carinho.”*

Diz que teve várias mulheres e teve dois filhos e um casamento. Sendo que o primeiro filho foi antes de casar-se e o outro após separar-se, que é uma filha com uma prima. Mas, que com sua esposa não teve filhos. Conta que incentivou duas vezes sua esposa a cometer aborto, se dizendo responsável por estes dois abortos. No total teve cinco relacionamentos e um casamento que foi na igreja, conta que no dia de seu casamento bebeu e que na festa brigou. Relacionando estes fatos a sua resistência, pois não queria casar.

Conta que sempre se sentia enganado pela família, que a situação do seu irmão ele só soube aos 21 anos, que quando soube brigou com a família, por se sentir enganado. Sempre trabalhou, trabalhava como motorista e conta que muitas vezes dirigia embriagado e disse: *“Agradeço ao meu poder superior que eu nunca matei ninguém. Já atopelei vaca e outras coisas, mas graças a Deus nunca machuquei ninguém.”*

Diz que sempre bebia e que achava que bebia o normal o social, bebeu por 45 anos e muitas vezes tomava remédios controlados para potencializar os efeitos do álcool, depois dos anos 70 começou a fumar maconha.

Perdeu o contato com sua família a uns 7 anos, quando resolveu mudar-se para Gravataí. Conta que veio com o dinheiro da herança da família, a parte que lhe pertencia. Veio para Gravataí para morar com amigos. Que gastou o dinheiro em drogas e “cabaré”. Diz que teve amigos enquanto era conveniente para eles, pois nesta época ele ainda tinha dinheiro. Conta que usava cocaína, mas que seus amigos já usavam crack, mas ele não chegou a usar, que bebia e usava cocaína. Que foi para rua quando não era mais conveniente para seus amigos, pois o dinheiro havia acabado.

Questionei quanto tempo ficou na rua e Antônio diz que foram 7 anos, pois conta o tempo conforme o tempo que afastou-se da família.

Após sair da casa dos amigos, ficou em situação de rua em Gravataí e depois veio para a cidade de Cachoeirinha, onde inicialmente foi acolhido no Albergue Municipal e depois a participar das atividades do CREPop-Rua. Depois de um tempo utilizando o serviço Antônio foi orientado a procurar os encaminhamentos para realizar um tratamento na Comunidade Terapêutica Municipal Reviver, onde está a 7 meses.

Sobre os motivos que considera para a chegada a situação de rua, Antônio diz que é complicado responder, dizendo: *“se fosse pelo álcool, isso eu já tinha há tempo, desde os 15 anos. A droga, também veio junto, pois eu tomava os comprimido, a tempo. Se fosse o problema de casa: eu também tinha. O que me levou pra rua, eu acho, foi o desgosto, desgostar da vida. Eu tinha as coisas todas... o que faltava é a tal felicidade, ou eu não soube procurar ela, não achei, quando estava a minha volta. Perdeu sentido as coisas... Não pra fazer mal as outras pessoa, talvez pra me punir (ida para as ruas)”*.

Sobre o que Antônio entende do trabalho oferecido no CREPop-Rua, conta que foi acolhido e que inicialmente só dormia no Albergue e que depois começou a participar das atividades. Diz que “se sentia gente e um pouco importante”, que muitas vezes se sentia bem por que via que sabia mais que os outros: *“E vocês davam aquele empurrãozinho: diziam bah que legal!. Aí eu via*

*a diferença nos trabalhos, eu ajudava os outros. Comecei a me sentir importante, comecei a me sentir útil... Bah eu vou começar a chorar... Começou a valer o trabalho. Mas, que sentido isso vai ter pra mim neh? Eu tô na rua, tô todo sujo... O João (monitor) fazia a barba pra mim, néh. A Dn<sup>a</sup> Lurdes (Assistente Social) preocupada comigo: Tava eu um dia lá na frente, tomando cachaça, vem a Lurdes e diz assim: Tu desce lá que tu vai cortar a barba e tomar um banho. Eu disse: Eu? E ela: Tu mesmo! E eu desci lá, o João fez a minha barba (estava alcoolizado), tomei um banho, ganhei uma roupa. Estavam me ajudando... Comecei a sentir a importância!”*

Antônio conta que começou a participar das reuniões de encaminhamento para a Comunidade Terapêutica quando se sentiu incomodando as pessoas, e percebeu que estava perdendo a consciência das coisas, por isso aceitou ser encaminhado para o tratamento e conseguiu para de beber: *“foi o conjunto das coisas”, “eu devo o como estou hoje... é graças a este trabalho... graças ao acolhimento que eu tive”*.

Sobre a possibilidade de reflexão através do trabalho que é oferecido, Antônio começa dizendo que acha complicado: ele descreve que para uma pessoa em que sua situação de vida é muito miserável e com questões familiares difíceis, diz que a rua pode ser melhor, ou não ser muito diferente: *“O serviço só será um lazer, algo que esta pessoa nunca teve e não vai ajudar a pensar.”* Diz que vai dar o conforto sem precisar pedir, ficando contente com esse pouco, o lado da comodidade. Ou pode ser que fique frustrado. *“É muito cruel a vida na rua, que ele tá tão habituado a pedir, que ganhar não faz a diferença”. Tem muita gente que procura o serviço que não querem trabalhar, quer só a comodidade.*

Sobre como se imagina no futuro, diz que antes não pensava, mas que agora já está pensando. Disse que se sente em um paraíso, que colocou como meta em terminar o tratamento de nove meses. Diz que nas suas últimas visitas já conseguiu trabalhar e que tem propostas de emprego, para quando sair do tratamento. Diz que agora que absorveu o que aprendeu durante o

tratamento sabe o que tem que fazer, elogiou muito o local que está demonstrando que se sente diferente de o como estava. Descreve que pretende retomar sua vida, não a que tinha antes: *“eu pretendo ter: um quartinho ou uma casa minha, sozinho ou com uma companheira, se eu conseguir superar aqueles negócios que eu te falei, não precisar tomar trago, não vai ter motivo... controlar isso, e o que posso querer mais? Se já é feliz com isso o resto que vier vou ficar mais feliz ainda. Ah, ajudar os outros, usar o que aprendi aqui”... “E agradecer e não esquecer as pessoas que a gente deve, que é vocês que me ajudaram, não sei como...”*

Ao final questionei se ele gostaria de expor mais alguma coisa ou sugestão, Antônio diz que para ele é difícil, pois ele está agora “do outro lado”, e diz: *“quando a gente está do lado de lá (situação de rua) a gente tem uma tendência a dizer que a coisa não é boa, a gente tem uma tendência a ver os defeitos da coisa, a dizer que as camas do albergue não são legal, por exemplo. A gente procura a ver os defeitos, não as vantagens.”* Antônio citou por diversas vezes, durante a entrevista, coisas referentes ao como lida com as situações, após aprender dentro do tratamento, sobre os doze passos de Alcoólicos Anônimos.